



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: SOUZA SANTOS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 28 DE AGOSTO DE 2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Bom dia a todos. Está aberta a 15ª audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, convocada por meio do Requerimento nº 52, de autoria deste Vereador, para discutir a questão dos cemitérios municipais, no âmbito do Plano Municipal de Desestatização.

A intenção do Executivo de transferir a administração de 22 cemitérios públicos e do Crematório Municipal de Vila Alpina para a iniciativa privada evidenciou-se através do chamamento público para a realização dos estudos lançado pela Secretaria de Desestatização no final de junho deste ano.

Com a medida, a Prefeitura Municipal objetiva obter propostas de revitalização e modernização dos cemitérios, autorizando sua exploração e gestão pelo setor privado, através de regime de concessão. Os números não são expressivos. Por ano, nós temos 45 mil sepultamentos, 10 mil cremações; estrutura de 350 mil jazigos, 118 salas de velório, 3,4 milhões de m² de área.

Os referidos estudos englobam apenas as concessões dos cemitérios e do crematório municipal, sem fazer referência ao serviço funerário municipal, que deverá ser objeto de um novo PMI – Procedimento de Manifestação de Interesse – a ser lançado em breve. De acordo com as informações da Prefeitura, tanto a gestão dos cemitérios, quanto a execução dos serviços funerários, devem ser licitados conjuntamente.

A esse respeito, também gostaríamos de ouvir considerações dos convidados que se fazem presente: Sr. Wilson Poit, Marcos Penido e Professor Marcelo; e Ana Beatriz Monteiro, Presidente da SP Parcerias.

Esperamos que os debates realizados durante esta reunião possam somar-se às sugestões elaboradas até então, de modo que o processo ocorra de maneira democrática, contando com a participação genuína de toda a sociedade.

Que o Secretário Poit e os demais possam colaborar com os trabalhos desta Comissão, disponibilizando-se a contribuir com as suas informações.

Registro a presença dos Srs. Vereadores Suplicy, Dalton Silvano, Police Neto, Paulo Frange, Edir Sales; e agradecer a presença de todos.

Passo a palavra ao Secretário de Desestatização Wilson Poit para fazer suas considerações iniciais. Mais uma vez, obrigada pela sua presença, que tem sido uma via sacra, mas faz parte do processo.

O SR. WILSON POIT – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui nesta audiência pública. Dessa vez, sobre o projeto de concessão de cemitérios e serviços funerários. Esta é a 16ª audiência pública nas últimas semanas, tem sido muito importante ouvi-los, ouvir as sugestões. Estamos construindo um modelo.

Um projeto de lei chegará à Câmara Municipal de São Paulo em breve, e a Prefeitura está junto com esta Casa, junto com a população, junto com os técnicos do setor, construindo um modelo mais moderno e inteligente para os cemitérios e o serviço funerário da cidade de São Paulo, assim como todo um pacote que inclui dezenas de projetos e que visam melhor atendimento da população, organização desse sistema e desenvolvimento.

Que os cemitérios de São Paulo passem a ter investimentos, que a Prefeitura neste momento não consegue fazer não só nas melhorias, como em sistemas de jazigos, gavetas, menos covas rasas, e mais crematórios na Cidade. Existem interessados. Não estamos ainda fazendo a licitação, estamos na fase de estudos.

O projeto de lei deve chegar à Câmara possivelmente esta semana, ainda para discussão no plenário, para receber emendas e sugestões, mas nós publicamos recentemente um PMI – Procedimento de Manifestação de Interesse – para haver interesse do mercado, seguindo uma recomendação e um compromisso de campanha do Prefeito João Doria de fazer a concessão desses serviços.

Recebemos 12 consórcios interessados, os documentos foram analisados, e existem nove consórcios trabalhando já na fase de estudos. Esses estudos serão entregues para o serviço funerário e a Secretaria de Desestatização e nós faremos uma análise das

melhores ideias para construirmos um edital de licitação ainda este ano. Então, até o final do ano, teremos o modelo, como serão as coisas; por enquanto, vamos ouvir o mercado, ouvir a Câmara Municipal e participar junto com os senhores, democraticamente, da construção desse modelo.

Hoje é um dia especial para nós. Além de fazermos uma breve apresentação agora do que estamos planejando, do que soltamos no PMI, também vamos ouvir sugestões. É hora de focar na solução dos problemas, trazer sugestões. Todas serão anotadas, e nós vamos juntamente com a Câmara aproveitar tudo o que for possível, mas sempre na direção da determinação de fazer a concessão, um serviço que a população de São Paulo pede que seja melhor; e que as famílias, nas suas horas mais difíceis, sejam mais bem atendidas.

Vou mostrar, rapidamente, alguns *slides* que resumem o procedimento de manifestação de interesse publicado.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. WILSON POIT – O projeto de cemitérios e crematórios públicos, atualmente. Então, nós estamos falando da concessão. Não estamos falando na venda e nem na privatização. A imprensa, a mídia, às vezes têm utilizado até por falta de diálogo conosco – não é privatização, não é venda. Os cemitérios continuarão com a Prefeitura, com a agência reguladora do Serviço Funerário. Daremos a concessão por um determinado tempo para que haja os investimentos necessários à melhoria.

Então, é uma concessão por tempo determinado de 22 cemitérios e mais um crematório. Em termos de dados, como já foi dito aqui pelo nobre Vereador Souza Santos, Presidente desta Mesa, em nome do qual eu cumprimento também os demais Vereadores presentes, o Secretário Marcos Penido e autoridades.

São 45 mil sepultamentos aproximadamente, 10.000 cremações na Vila Alpina e uma área de 3,3 milhões de metros quadrados, os números são aproximados. Os estudos inclusive estão envolvendo agora a contagem detalhada por cada um dos proponentes,

inclusive alguns usando georreferenciamento. Outros já estão usando drones para que saibamos exatamente quantos jazigos temos.

Mas, aproximadamente são 350 mil, sendo que dois terços é o que chamamos de quadra geral de cova rasa e um terço mais ou menos de jazigos familiares; 118 salas de velório, muitas delas precisando de reforma com urgência e uma receita oficial que vem para os cofres da Prefeitura de 43 milhões contra 51 milhões de custos, quer dizer, com prejuízo. Como todos sabemos essa é a receita oficial, além de uma série de outros serviços que são disponibilizados por outras empresas e que não passam pelos cofres da Prefeitura.

Mostrando ali também o mapa dos nossos 22 cemitérios públicos, São Paulo só por curiosidade tem 20 cemitérios particulares e 22 cemitérios públicos em todas as regiões da Cidade. Não acreditamos ser necessária por muitos e muitos anos a construção de novos cemitérios, esses são suficientes. O que existe é um mau aproveitamento da área, tem muito terreno com muitas covas rasas, sem gavetas, sempre lembrando que eventuais reformas podem propiciar construção de gavetas na horizontal. As pessoas sempre serão sepultadas como hoje e até isso a imprensa recentemente deturpou o que falamos.

Próximo *slide*. Dificuldades enormes já são de muitos anos, então é um compromisso que o Prefeito João Doria disse desde o primeiro debate, desde que entrou em campanha de que iríamos procurar – e aí são diversas manchetes nos jornais – mas o modelo atual não é sustentável, precisa de subsídio, dá prejuízo, faltam recursos, não proporciona a manutenção dos espaços e falta oferta de crematórios. É uma tendência mundial em outros países, muito maior o número e crescente o número de pessoas cremadas. Aqui no Brasil ainda há poucos, até pela existência de apenas um crematório. Essa concessão vai propiciar a construção de outros crematórios em outras regiões da Cidade, dividindo também essa demanda.

No próximo, para que fique bem claro de novo quais as premissas do Procedimento de Manifestação de Interesse. Não é uma privatização, essa é uma palavra utilizada de

maneira errada. Privatização é quando se vende, é o caso do Anhembi, é o caso de Interlagos. Aqui é uma concessão por prazo determinado com retorno para os investimentos. O objetivo principal desse estudo lançado é que a gente estime o valor dos investimentos, as tarifas a serem aplicadas como contrapartidas. Hoje já existem diversas tarifas, mas não fecham a conta e principalmente a manutenção da gratuidade, quem não paga, quem não pode pagar aqueles 12% que hoje não podem pagar, eles continuarão recebendo a gratuidade.

Então, temos um cadastro hoje cada vez mais informatizado de todos os paulistanos, de todas as pessoas realmente de gratuidade continuarão recebendo. Uma revisão legislativa, está havendo um marco regulatório novo, que será aprovado, já existe uma lei para isso, mas não regulamentada aqui no Município. Como eu disse, novos crematórios, no mínimo mais três, nós temos um numa região da Cidade, mas queremos nas demais regiões também.

Deveremos dividir em princípio esse Projeto de Manifestação de Interesse. Divide a Cidade em quatro setores por disponibilidade de cemitérios, tamanho. Foi feito todo um estudo pelo Serviço Funerário, pela Secretaria de Serviços, pela Secretaria de Desestatização, que são divididos em quatro blocos. Então, a Cidade deverá ter quatro blocos diferentes com quatro concessionários provavelmente. Também o estudo pede que cada um desses concessionários faça a recontagem para que a gente possa chegar numa conta que feche de quantos jazigos teremos realmente.

Concessão de cemitérios e de funerárias. Na próxima semana e na outra estaremos lançando no mercado um PPMI de serviço funerário em separado para os estudos. Mas, quando houver a licitação no final do ano, lembrando que serão duas licitações, uma para cemitérios, uma para serviço funerário, mas ao mesmo tempo. Poderemos ter empresas que terão blocos de cemitérios e empresas que terão parte das funerárias, mas terão de participar separadamente. É uma licitação futura, mas ao mesmo tempo.

Garantias de gratuidade no próximo *slide*, quer dizer, a gente quer deixar muito

claro que a modelagem tarifária feita agora nesses estudos considera gratuidade. Segurança, que é o grande problema nos cemitérios hoje, seja com iluminação, com segurança realmente pelos concessionários, com câmeras em todos os cemitérios, em todos os locais, adequação dos jazigos em cemitérios parque, troca de quadra geral por gavetas. Em urbano, reformar jazigos abandonados, salas de velório que tenham sala de descanso, banheiros dignos, *wi-fi* e uma série de coisas que qualquer cidade moderna tem. Acessibilidade garantida, com a participação do Secretário Cid Torquato; em todos os cemitérios, em todas as salas de velório obras diversas, tem muita obra nos cemitérios, como vocês puderam acompanhar pelas matérias inclusive da imprensa ultimamente; e o cadastramento eletrônico dos donos de jazigos e de jazigos realmente utilizados.

Em seguida, o *slide* com o cronograma. Já finalizando, então foi publicado o chamamento de credenciamento na imprensa. Já foi finalizado, 12 consórcios se cadastraram pela documentação apresentada. Foi checado pela Prefeitura, nove foram autorizados e já estão trabalhando e devem até o dia 3 de outubro de 2017... Em paralelo, a lei permite que enquanto estamos discutindo nesta Casa a aprovação da lei possamos ir fazendo estudos. Nada será licitado antes da aprovação pela Câmara com todas as emendas ou com todos os artigos necessários.

Mas dia 3 de outubro receberemos os estudos e cada um dos proponentes apresentará quatro cadernos; um modelo operacional, um modelo jurídico, um plano econômico financeiro e um plano de reforma, de engenharia e de arquitetura. Em seguida haverá uma comissão do serviço funerário da Secretaria de Serviços e de Desestatização, que farão avaliação e definição do mercado do melhor modelo. Cada um desses novos estudos trarão diversas ideias e aproveitaremos as melhores ideias para que possamos fazer o edital. Se tudo der certo, ainda esse ano, para o mês de novembro ou dezembro. Por ocasião do edital ai sim teremos novas audiências públicas, como manda a lei, aqui na Câmara ou em outros locais até que se publique o edital para definir os ganhadores, possivelmente no início

do ano que vem.

Aqui por último algumas fotos. Quem trabalha no setor já conhece a situação difícil que temos. Ai tem o Cemitério São Pedro, alguns livros já comidos pelas traças no Cemitério da Penha e em outros cemitérios também; ossários na Vila Formosa, no Cemitério do Lajeado, situações que a gente têm hoje lutado bastante. O Serviço Funerário tem lutado muito para melhorar com as condições que tem, mas como eu disse, com bastante prejuízo. E com certeza com o investimento privado iremos colocar o serviço funerário e os cemitérios de São Paulo no mesmo nível das melhores cidades.

Era isso o que eu tinha a introduzir para abrir depois às perguntas. Vou passar a palavra em seguida para o Secretário Marcos Penido e também ao Professor Marcelo, da Fundação Getúlio Vargas, que também está presente e irá falar conosco.

Não poderia deixar de terminar dizendo uma das determinações que recebemos do Prefeito João Doria através da Secretaria de Gestão, não haverá desemprego com essa concessão de cemitérios. São aproximadamente 1.200 pessoas que trabalham que não serão demitidas por conta dessa concessão.

O Prefeito João Doria determinou à Secretaria de Gestão e ao Serviço Funerário que todos os funcionários terão chances de passar por exame médico, de acompanhar o projeto e aqueles que têm garantia de trabalho poderão ser remanejados dentro do serviço público para aquelas áreas em que a Cidade mais está precisando hoje, que é educação, saúde, habitação, assistência social, uma série de oportunidades. Outros, que estão em fase de aposentadoria ou com problemas médicos serão aposentados. E ainda alguns, aqueles que realmente são felizes nesse serviço, que conhecem bastante o serviço serão sim convidados pelas empresas concessionárias. Se houver acordo entre eles e as empresas concessionárias eles poderão trabalhar lá ou terão outras oportunidades no serviço público.

Muito obrigado, Vereador Souza Santos, pela oportunidade e eu passo a palavra aos demais.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Secretário Wilson Poit, pela apresentação. Quero também informar aos senhores que durante a audiência os presentes poderão fazer o uso da palavra por três minutos e as inscrições estão abertas na secretaria das comissões.

Registro a presença da Sra. Marcia Mendes, Superintendente do Serviço Funerário; e da Sra. Patrícia Barros, Chefe de Gabinete.

A SRA. EDIR SALES – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Tem a palavra a Vereadora Edir Sales, pois terá um evento e terá de se retirar. Mas, gostaria de fazer as suas considerações. Depois o Vereador Paulo Frange.

A SRA. EDIR SALES – Queria apenas fazer uma saudação, pois sei que o Vereador Paulo Frange vai dar uma aula e quando começa a falar 40 minutos é pouco tempo. Preciso sair e coincidentemente tenho uma reunião na Vila Prudente agora para falar sobre esse assunto também. Moro ao lado do Cemitério de Vila Alpina e do Crematório e caminho no parque, que fica entre os dois. Portanto, teremos uma reunião às 11 horas no jornal da região.

Quero, então, pedir licença, mas antes quero agradecer mais uma vez a presença do nosso Secretário Wilson Poit, que tem vindo à Câmara mais do que alguns Vereadores ou mais do que nós, às vezes, Secretário. Todos os dias tem reunião de secretários aqui.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – É o secretário mais presente. Nunca vi tanto secretário na minha vida.

A SRA. EDIR SALES – Muito presente. Nunca vi tanta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Na gestão passada, a gente não tinha um Secretário.

O SR. WILSON POIT – Obrigado.

A SRA. EDIR SALES – É muito importante, porque esse Governo está preocupado em fazer esclarecimentos à população, àqueles que realmente se interessam pelo segmento e

ele não tem se furtado a dar informações a todos nós, Vereadores, e também à população.

Quero também agradecer a presença do nosso Secretário Penido, Secretário Municipal de Serviços e Obras, também bastante presente na Câmara; da Ana Beatriz Monteiro, Presidente de SP Parcerias; do Marcelo Aidar, especialista e Professor da FGV e falar que realmente esse assunto é muito importante, porque temos 22 cemitérios e um crematório. Imaginem vocês um crematório para a cidade de São Paulo.

Estava vendo as informações: 45 mil sepultamentos com 22 cemitérios, um crematório e 10.000 cremações. Então, a Cidade inteira conta com um crematório só e tenho absoluta certeza de que em havendo várias discussões, em havendo realmente um acordo para a concessão e que essa Câmara vote, depois de muitas análises e estudos, pela concessão. Pediremos naturalmente para que conste nessa concessão que haja mais crematórios. Tenho certeza de que irá diminuir bastante o número de sepultamentos. É claro que muitas famílias ainda querem ter os seus entes queridos sepultados para serem visitados. Mas hoje há uma mudança muito grande nesse sentido, uma solicitação muito grande para que haja mais crematórios.

Então, tenho certeza de que esses estudos e essa atual gestão participativa abre uma discussão com a sociedade por meio de várias audiências públicas nessa cidade de São Paulo, na Comissão de Justiça, nesta comissão, na Comissão de Administração Pública. A Câmara está altamente envolvida e é importante esse debate. É importante para que todos sejam esclarecidos e esse projeto não veio para a Câmara ainda. Não veio para a Câmara esse projeto de concessão dos cemitérios, mas já está sendo estudado. Já está havendo uma preocupação muito grande nesse sentido.

Lembrando o que o nosso Secretário Poit acabou de falar, haverá algumas situações de gratuidade. Essa também é uma questão que muitas pessoas têm dúvidas. Outra questão é quanto aos mil e poucos funcionários. Também é uma dúvida até agora. Todos serão realocados ou recontratados por essas empresas.

Enfim, o estudo se estende, preciso me ausentar e quero agradecer mais uma vez a presença do Secretário Poit e do Secretário Penedo. Muito obrigada pelos esclarecimentos e não tenham dúvida de que ainda teremos muitas dúvidas e a população será esclarecida.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Peço licença para me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Vereadora. Não é um quartel, mas tem permissão. Secretário Penido e Wilson Poit, o Paulo Frange está aqui, na gestão passada nós votamos o Zoneamento. Fizemos 48 audiências públicas, que era um grande projeto, não é Paulo, que nós fizemos na Cidade. Nós rodamos essa cidade e tivemos, das pessoas, uma grande questão de nós não votarmos o Zoneamento como o Prefeito queria. Não que aqui nós não vamos fazer também essa votação com relação ao serviço funerário e os cemitérios, mas eu creio que ouvindo as pessoas e também a realização das audiências públicas, tudo serve como norte para que possamos fazer um trabalho também de forma que a população venha a estar de acordo, ou acordar com a população de como tem de ser. Afinal, as pessoas ficam preocupadas.

Uma das preocupações minhas, por exemplo, é como que os funcionários que lá estão vão ficar: se eles serão realocados, porque normalmente assume-se, até citei um exemplo semana passada quando da questão da Serra Pelada. Quando a empresa canadense assumiu lá, houve uma demissão em massa. Então nossa preocupação, como Vereador, é que não tenhamos aí também uma demissão em massa e, assim, deixemos esses funcionários a ver navios. Essa é uma das nossas preocupações.

O SR. DALTON SILVANO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Vereador Dalton Silvano, para falar um minuto, seu tempo já está contando.

O SR. DALTON SILVANO – É regimental, Sr. Presidente. Aliás, o regimento dá os cinco minutos, não vou falar mais.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – V.Exa. pediu um minuto.

O SR. DALTON SILVANO – Eu pedi, Sr. Presidente, para apenas cumprimentar o Secretário Wilson Poit, o Secretário Marcos e todos os demais já citados, para dizer, até brinquei com ele, que eu acabei de receber um e-mail, que ele entrou com o livro, no book Guinness, o Secretário que mais, em seis meses, compareceu na Câmara Municipal para prestar esclarecimento. Entrou no livro.

Então queria apenas fazer um registro, até na qualidade de Vice-Líder do Governo, nós temos aí várias tarefas também, mas não só nossa assessoria está aqui para fazer anotação, é sempre importante ouvir todas as demandas, porque nas audiências públicas, as pessoas falam: “Ah, audiência pública não serve para nada”. Serve sim. Serve e nós recebemos as informações e os Vereadores vão ponderando, vão analisando, para podermos, pelo menos, buscar o melhor texto.

Então fiz aqui Secretário apenas quatro observações apenas que os Vereadores, obviamente, vão estar debruçados nessa matéria, para achar quando se fala qual é o melhor modelo.

Portanto, só para resumir, que a concessão implica em investimentos: o empresário vai lá, para ele entrar na concessão, obviamente, ele vai ter de fazer os investimentos anunciados aqui, de reforma, de melhorias da qualidade dos serviços prestados. E é claro que as concessões, os empresários vão querer o retorno do investimento. Então queremos saber de que forma esse retorno se dará. E daí eles têm de melhorar os serviços oferecidos. Eles têm de melhorar, mas para melhorar vão investir e vão querer o reetorno. Como é que se dará esse retorno.

Já foi colocado pelo Secretário, mas é importante nós termos mecanismos para garantir que os atuais empregados, aqueles que vêm trabalhando ao longo desse tempo todo, prestando seus serviços ao serviço público, possam ter a garantia e a opção do emprego. Isso é de extrema importância, porque junto aos concessionários, aqueles que receberem para poder explorar esse serviço de concessão – e aí é concessão, não é venda, porque a qualquer

momento, como conversamos aqui, Vereador Paulo Frange e demais Vereadores que são especialistas, que tem de ter uma cláusula, pois aquilo que não for cumprido poder já rescindir a concessão e, obviamente, o serviço volta para comando da Prefeitura – possa garantir que os trabalhadores continuem fazendo seu trabalho que vêm fazendo há muito tempo. Essa é uma preocupação, o Vereador Souza Santos já falou, nós já falamos, o Paulo vai falar, o Vereador Senador suplicy também e, assim, encontremos uma forma de permitir que as pessoas não sejam jogadas na rua, esses trabalhadores que durante muitos e muitos anos vêm prestando esse serviço.

E o outro lado é aquele que nunca quer usar esse tipo de serviço, que não onere mais famílias daquele que, partindo dessa nossa vida, não sejam onerados ainda mais do que hoje já temos esse custo para essas famílias, mantendo obviamente a gratuidade para aqueles que não podem pagar para ser enterrado, que não têm dinheiro para poder custear seu próprio enterro ou de seu ente querido.

Então eu queria fazer exatamente só esse registro, que nós temos de buscar e fazer os debates, mas são esses pontos, na minha opinião, fundamentais. São quatro, cinco pontos que temos de estar atentos para poder fazer esse texto, essa redação, de forma que o serviço público possa ser prestado, melhorar, ter investimento, ter retorno de investimento, mas que não prejudique o trabalhador, nem aquele que vai ser o usuário desse serviço, que aquilo que ninguém quer. Então era só, rapidamente, nem chegou a meu tempo regimental. Mas são cinco pontos.

Vou pedir licença, pois vou ter uma reunião aqui embaixo, por conta até da reunião do Governo, estamos cuidando de outros projetos da Casa, mas nossa assessoria está anotando tudo, também as notas taquigráficas, para podermos contribuir junto ao Governo. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado regimentalista Vereador Dalton Silvano, seu tempo passou um minuto, mas tudo bem. V.Exa. pediu um minuto, eu deixei falar.

O SR. DALTON SILVANO – Mas dentro do Regimento, na forma regimental, são cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Tá bom. Obrigado. Vereador Paulo Frange, V.Exa. tem a palavra professor Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Obrigado, Sr. Presidente. Vou pontuar algumas situações que nos deixam realmente em dúvida. Algumas afirmações são afirmações seguras. A primeira delas é: não sabemos quantos milhões de paulistanos estão sepultados em São Paulo. Absolutamente seguro que não temos esse número, nenhum inventário. Vamos levar um baita susto.

Estou falando baseado na minha experiência pessoal. Quarenta anos de consultório, perdi muito paciente, que morreram. Sou cardiologista, meus pacientes vêm de muito longe. Alguns foram sepultados em São Paulo, as famílias procuraram aqui depois. Nunca encontramos esses pacientes. Não encontramos mais esses que faleceram aqui. Essa é uma verdade.

Tentei marcar com a Superintendente, não foi possível ainda, mas eu queria saber onde é que está o nosso inventário. Nós não conseguimos agendar, não conseguimos também encontrar. Nunca conseguimos.

Bom, a outra situação é: Secretário Wilson Poit, talvez o senhor não tenha conhecimento disso, com certeza não tem. O senhor sabe que qualquer um pode montar cemitério na cidade de São Paulo? Basta ser uma entidade sem fim lucrativo, achar o terreno, dar entrada para poder aprovar.

O serviço funerário nunca fica sabendo, porque não é atribuição dele. Isso foi constatado aqui numa discussão que envolvia a CPI do lixo. Quando chamamos os Subprefeitos da região de São Mateus, alguém disse: “Está fazendo algum aterro lá perto?”, “Não”, “Mas tem obra, o que é aquilo lá”. Daí alguém levantou e disse: “Olha, é um cemitério, mas a obra já está lá há uns três ou quatro anos”, “Como cemitério, na minha Subprefeitura”,

“É”, “Não, não sabia”. Não sabe, não é notificado. O serviço funerário desconhece quem vai estar montando cemitério na cidade de São Paulo. Não existe um link. O serviço funerário é responsável só por autorizar o sepultamento, mas depois do cemitério pronto. Não cumpre as regras ambientais.

O Vereador Gilberto Natalini está voltando para casa, eu quero perguntar para ele, porque nós participamos desse debate aqui: nós temos situações de aprovação de cemitério onde os jazigos estavam junto com os cursos d’água, em São Mateus. É um deles. Tem mais. Fomos lá para ver e medimos. Depois de muito bate-boca conseguiram afastar os jazigos. Nós temos isso nos nossos cemitérios também.

A outra situação, Secretário é que, com certeza, essa concessão quem vai participar não são as Casas Bahia, vai ser alguém que tenha expertise em gestão de cemitério. E aí vai uma situação que eu não quero classificar como denúncia, mas vamos classificar daqui a pouco.

Na quarta-feira vou propor um requerimento, Secretário, para que peçamos para todos os cemitérios privados da cidade de São Paulo que encaminhem para cá o seu estatuto social, porque só pode ter cemitério na cidade de São Paulo entidade sem fim lucrativo. É uma verdadeira coleção de familiares que não são de São Paulo. Boa parte é da Bahia, de Minas Gerais. São entidades sem fim lucrativo criadas para montar cemitério em São Paulo e explora atividade privada em São Paulo. Eles devem colocar.

Se alguém está achando que é denúncia, vai ser a partir de quarta-feira. Nós vamos fazer isso e vamos dar um prazo bem curto, porque todo mundo deve ter o estatuto em casa, a empresa deve ter. Eles não têm como comprovar a sua atividade sem fim lucrativo. É uma atividade extremamente lucrativa os cemitérios privados, travestida de entidade sem fim lucrativo e nós vamos ter de encaminhar isso para o Ministério Público para que eles possam investigar essas entidades. Isso é muito grave, porque eles vão participar das licitações também. Com certeza vão querer participar, porque essa atividade dá muito lucro. Ela dá muito

lucro, não dá pouco não.

Então dizem: “Porque estamos concedendo nosso que é negativo”. Também nós contratamos esse pessoal, há quase 40 anos atrás, nunca olhamos para a cara do funcionário do serviço funerário. Nunca. Os cemitérios são administrados por pessoas semi-alfabetizadas. Há 20 anos eu conheço quase que todos os administradores que estiveram por aí, Raríssimos têm ensino fundamental completo.

Nós misturamos atividade do coveiro com a administração do velório. O coveiro, aquele moço que ajuda a enterrar, que coloca terra em cima do caixão, ele, de repente, aparece na gestão do cemitério. É isso ou não é? É a menor auto-estima de todo o funcionalismo da Prefeitura.

E eu vou dar um exemplo aqui, triste de ver, porque não deixo de ser médico quando estou falando. É a situação mais triste de saúde bucal da cidade de São Paulo, dentro de seus servidores públicos. Procure o serviço funerário e faça uma avaliação das condições da saúde bucal do nosso funcionário do serviço funerário! Falta dente, não tem dente, é uma judiação.

Quando isso acontece – e é visível a olho nu – significa que a auto-estima desapareceu, essa pessoa não tem condição de arcar com os altos custos de saúde bucal privado, porque o do Município também não existe. Saúde bucal hoje é, talvez, uma das maiores dívidas de São Paulo, e o Brasil todo tem com o povo brasileiro. Nós descuidamos, é como se os dentes não existissem. Porque estou falando isso? Para não ficar insistindo na tecla de que o alcoolismo é o maior problema entre esses funcionários.

Com relação à entidade sem fins lucrativos, Secretário, nós, na gestão Serra, tivemos aqui uma tentativa de estudar a possibilidade da Santa Casa assumir a gestão do cemitério de São Paulo. Por que? Porque Belo Horizonte é assim, e era assim. A Santa Casa de Belo Horizonte, com 1,2 mil leitos na época – a gestão era a Sociedade São Camilo e eu participava desse processo lá -, era quem administrava o serviço funerário.

Nós tínhamos de tudo, inclusive caixão que eram transportados em alguns carros cuja porta de trás abriu e caíram na Afonso Pena, dentro do córrego. Estávamos lá na época, década de 90. E isso por que? Porque é um funcionário mal preparado, não era preparado para dirigir o carro etc. E, muitas vezes, estava golado, bebia mesmo.

Eu frequento os velórios, portanto, não estou falando de cemitério público sem saber, não. Eu vou ao velório porque aprendi com o professor Zerbini que o médico tem de atender o paciente quando nasce, durante o período que adocece e tem de ter coragem de ir ao velório para que as pessoas possam olhar para ele e dizer: “este camarada fez de tudo para não acontecer isso.” Esse cara teve a coragem de vir aqui, ele não foi omisso. Então, vou muito aos cemitérios. Nós ficamos com medo de entrar no banheiro, recomendamos às pessoas que tranquem o velório e voltem no dia seguinte cedo porque não há segurança. Estou perto da Lapa, é só visitar o Cemitério da Lapa.

Essa é uma situação crítica. Estou ouvindo as perguntas que o pessoal está fazendo e são perguntas de quem conhece o assunto e as respostas, percebo que vocês não têm todas as respostas seguras porque é quase impossível a gestão ter esse diagnóstico agora. Não temos esse diagnóstico do serviço funerário. Estamos fazendo a concessão de um serviço que não conhecemos como um todo. São 140 alqueires urbanos que vamos repassar para terceiros.

Secretário, outra situação, uma parte mais complexa. O Plano Diretor não saiu como chegou. Nós mudamos algumas coisas e deixamos no artigo 280 que os cemitérios municipais passavam a integrar o sistema de área protegida e área verde e os espaços livres do Município.

Então, ele está incluído dentro do sistema de área verde. Faz parte do nosso Sapavel. Está na lei. O Município deveria elaborar o Plano Municipal de Serviço Funerário definindo uma estratégia para o setor e as ações a serem realizadas nos cemitérios municipais.

Primeira pergunta: Vamos fazer a concessão dos cemitérios? Vamos. E do serviço

funerário? Quem vai dar as diretrizes? Será que a gente deve repassar o planejamento de uma situação tão delicada como essa para terceiros também? A Ford continua produzindo seus carros, mas ela não compra projeto de carros de terceiros, ela produz seus projetos.

É interessante pensarmos se vale a pena fazer a concessão do serviço funerário? Não do tamanho que está, porque é a mesma coisa das Organizações Sociais. O diretor do hospital municipal realmente é muito ruim. É. Ele ganha 12 mil reais. Aí a OS chama um camarada e funciona. Ele busca um CEO, ganha 60 mil reais por mês, alguns ganham até 100, e diz que agora temos um cara bom com MBA, formou nos Estados Unidos, esteve em Harvard, ai sim funciona.

Se tivermos um seleto grupo pensando o serviço funerário como um todo e o planejamento futuro vamos poder cumprir com o que está escrito, que passou pela população. Isso foi exaustivamente discutido.

Requalificar – está nas diretrizes – as áreas dos cemitérios na perspectiva de ampliar as áreas livres e as áreas verdes destinadas ao lazer da população. A ideia era ter o cemitério verde, cemitério parque.

Executar a manutenção, conservação, reforma, etc., estimular pesquisa e registro das obras e monumentos tumulares que apresentem valor histórico, artístico, cultural arquitetônico e científico. Viajamos à Europa e fazia parte do roteiro visitar cemitério e ainda faz. Têm obras impressionantemente importantes na cidade de São Paulo. Nós não temos o inventário disso, não sabemos onde está e não tem quem mostra, também não sabe o que é, de pessoas extremamente importantes da cidade de São Paulo, históricas para o Brasil estão sepultados aqui e as pessoas não tem como visitar.

Planejar e executar a implantação dos cemitérios verticais. Isso foi colocado no Plano Diretor porque a gente sonhava muito com a ideia de cemitério vertical e crematórios públicos e privados das diversas regiões do Município.

Tentamos - e é duro - durante muito tempo, Vereador Claudinho, eu e os

Vereadores que atuam na região Norte e Noroeste juntar as nossas emendas para poder fazer Crematório, pelo menos, no Cachoeirinha para o cidadão da Brasilândia não ter de cruzar a cidade inteira e ir lá à zona Leste. Não conseguimos nem com o dinheiro de emenda. Não colocamos porque eles disseram: “se colocar, não vai fazer”. Então, vou colocar em campinho de futebol.

Planejar a execução e implantação de crematório público para animais domésticos. Essa é uma situação que é importante também. Os animais fazem parte dessa situação e nós não podemos deixar, nós temos de achar um lugar para eles porque posso afirmar aqui, agora, onde é que as clínicas veterinárias sepultam? Onde cremam? Onde é que vão? É só sair procurando que vamos levar um susto muito maior do que a gente imagina. Estimular criação de crematórios privados para animais domésticos.

Em 2014, portanto esse assunto foi discutido também 2013, foi discutido lá atrás, um parágrafo dizendo: “as diretrizes previstas em todos esses artigos serão regulamentadas por Lei Específica e poderão ser implementadas por meio de parcerias com a iniciativa privada.” Já estávamos imaginando que alguém teria de assumir isso. Não somos contrários. Nós colocamos esse texto aqui, quando digo nós, a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, é responsável porque não veio assim. Nós queríamos a parceria privada para que pudesse nos ajudar. Agora, temos de ter parceiro privado bastante sério.

Antes de começarmos essa discussão toda, vamos pedir o estatuto de todo esse pessoal para que possamos saber quem são os parceiros eventuais que já fazem gestão de cemitérios. Assim também como aqueles que virão de fora porque tem muita coisa que a gente desconhece neste mundo.

Cemitério está classificado na Lei como Infra, faz parte de infraestrutura e lembrando que ele não obedece quadra mínima de 20 mil metros. Portanto, vamos continuar tendo os cemitérios envolvidos com aqueles muros enormes e grandes se o mundo inteiro já

tirou os muros e transformou em cercas verdes para que pudesse haver uma permeabilidade nesse ambiente? A gente vai continuar vendo muro, mais muro, pichações e escuridão? Por que não a gente não promover essa mudança que é o momento para que a gente possa ter cemitérios parque? À medida que vamos tendo esses corpos sendo transferidos para outros espaços, eles poderiam ocupar os cemitérios verticais em cada um desses grandes cemitérios ou regionalizados para que ele pudesse ter mais área verde sobrando para que essa área pudesse até ser incluída dentro do percurso e da movimentação das pessoas do entorno.

O requerimento, vamos aprovar na próxima reunião para que a gente possa ajudar vocês a encontrar esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Vereador Paulo Frange. Estão encerradas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Marcos Rodrigues Penido, Secretário de Serviços e Obras.

O SR. MARCOS RODRIGUES PENIDO - bom dia a todos e a todas. Obrigado, Vereador Souza Santos. Em seu nome queria saudar todos os Vereadores presentes: Paulo Frange, Eduardo Suplicy, Dalton Silvano e Edir Sales que já se retiraram; Colega Point; Ana Beatriz, da Presidência da São Paulo Parcerias. Queria agradecer a presença da Márcia, da Patrícia, do Ricardo, toda a equipe do Point que tanto nos tem ajudado; todos os funcionários; representantes de Sindicato. É um prazer muito grande poder conversar com vocês.

Eu queria apenas pontuar três ou quatro pontos muito importantes. A primeira é a questão dos funcionários. Ele é um tema muito debatido e toda vez que se fala em concessão esse é um tema nefrálgico nesse processo. Precisamos entender o seguinte: nós estamos falando de um serviço público, nós estamos falando de servidores públicos. A concessão não tem o condão de criar a demissão, criar a exoneração de funcionários. Os funcionários são da Prefeitura e como tal tem de ser tratados e respeitados. O que nós temos nesse momento é uma oportunidade de aprofundarmos os nossos estudos, aprofundados o nosso trabalho junto aos nossos servidores, junto aos nossos apoiadores.

Hoje, já temos um diagnóstico. Estamos falando de 925 funcionários, estamos falando numa faixa de mais de 50% que tem mais de 20 anos de trabalho, estamos falando de uma faixa de 70% que tem acima de 50 anos. Então, o problema da concessão não é que ela vai eliminar os funcionários, a questão da concessão é que ela vai ajudar a salvar o serviço funerário, porque se a grande gama de funcionários está próxima de se aposentar e todos sabem que novas contratações estão vetadas por uma questão econômica, como é que nós vamos continuar mantendo esses funcionários trabalhando com a gente? Essa é a oportunidade de ouro em que novos parceiros virão e esses funcionários para o qual já existe até um grupo de trabalho formado dentro da Secretaria de Gestão para que a gente possa fazer todo o acompanhamento de saúde, exames laboratoriais, podemos fazer a capacidade de cada um deles, eles serão uma mina de ouro para quem for prestar serviço porque eles irão precisar de quem conhece. Eles irão precisar de quem entende desse negócio.

Por mais que o nosso Vereador Paulo Frange, com razão, colocou que são empresas que estão de negócio, só que dentro de uma sala ninguém controla o serviço funerário, para fazer o serviço funerário nós precisamos dos servidores na ponta e aqui nós temos a mina de ouro, como eu já falei, nós temos o cerne que são os funcionários capacitados e que podem ajudar. Então, eu não entendo como uma porta que está se fechando, mas sim 15 janelas que estão se abrindo dentro da iniciativa privada com todos os benefícios que vem de uma iniciativa privada. Aqueles que porventura quiserem permanecer na Prefeitura, a Prefeitura continua de braços abertos para esses funcionários.

Vamos às Prefeituras Regionais para que possam ficar nos locais que já trabalham ou outros setores tão necessários, como muito bem colocou o Secretário Poit, saúde, educação, habitação, ou seja, os funcionários que quiserem permanecer e prestando seu valoroso trabalho para Prefeitura, nós estamos de braços abertos para continuar. Aqueles que virem neste momento nas empresas uma nova oportunidade, contem com a gente para fazer todo o treinamento, Vereador Souza Santos, porque são os funcionários que são o coração do

serviço funerário e vocês é que vão permitir que esse coração continue batendo quando tivermos isso feito com a iniciativa privada.

Alternativa, Vereador Paulo Franje, que precisamos com a iniciativa privada, porque acima de tudo precisamos investir. Já se falou que gerir é estabelecer prioridades. O nosso Prefeito João Doria tem “n” prioridades para colocar. Fica difícil nós entendemos toda a questão do momento difícil, do momento de sentimento que é o momento do falecimento e o serviço funerário mexe com o momento mais triste das famílias e deve ter uma atenção especial. Eu sei, mas vamos retirar dinheiro da saúde para colocar no serviço funerário? Vamos tirar dinheiro da Educação para colocarmos no serviço funerário? Vamos deslocar a Guarda Municipal para tomar conta do funerário e tirar da porta das escolas? São inúmeras ações que têm de ser tomadas com a mesma equipe. Essa é a grande verdade: estabelecer prioridades.

Então a partir do momento que estamos nos associando à iniciativa privada, o que nós estamos pedindo? Pedindo investimento. O que estamos pedindo? Modernização. O Vereador Dalton Silvano falou assim: “Precisamos saber qual é o retorno? Primeiro, temos que ter a certeza de qual é o retorno para a Cidade, quais são as obrigações que vão estar dentro dessa concessão, Poit, que tanto temos discutido, para que tenhamos, de partida, investimentos, que nós tenhamos o compromisso da modernização, que tenhamos a condição de prestar o melhor serviço para a Cidade, aliado ao cuidado, aliado a colocar, em primeiro lugar os nossos funcionários.

E um terceiro e último ponto: eu já conhecia, Presidente Souza Santos, o nosso Vereador Paulo Frange como médico, como excelente Vereador, como urbanista que foi no desenvolvimento do Plano Diretor, mas ainda não o conhecia como profeta. Tudo que foi colocado em 2014 foi uma profetização desse momento, Vereador Paulo Frange.

Nós para podermos cumprir tudo isso – que muito bem está estabelecido no Plano Diretor – só temos uma alternativa: investir; só temos uma alternativa: modernizar. Como é que

vamos transformar cemitério-parque? Estamos com problemas para manter, e nós vamos fazer um cemitério-parque ou vamos cuidar do nosso velório, que tão bem falou nosso Vereador.

Precisamos mudar esse jogo, precisamos mudar essa realidade e isso só se faz com investimento e regularização. Ninguém está entregando para a iniciativa privada. O que nós estamos é nos associando para que a Prefeitura, o Poder Público, a Câmara Municipal possa continuar zelando pelas regras, zelando pelo cumprimento de todas as obrigações através de quem tem condição de investir. Então estaremos regulando, fazendo cumprir e podendo dar uma melhor condição a mais esse serviço que está sendo prestado pela Prefeitura. Obrigado. (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Vai falar agora. Calma rapaz. Então tá bom, quer falar? Quer usar a tribuna já? Então usa. Você se inscreveu? Está inscrito? (Pausa) Então calma. Não sei porque estão apressados. Se nós chamamos vocês para a audiência pública é para ouvir. Primeiro, vocês estão ouvindo o Secretário Poit, o Penido, especialistas. E chega o momento de vocês falarem. É isso. Vocês já participaram de alguma audiência pública, não?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Então, poxa, vocês sabem como é que funciona. Precisa vir todo mundo, e ninguém vai sair daqui sem falar ou expor as suas ideias, eu garanto a vocês todos tudo isso, certo? Então fique tranquilo. Ouça, depois, vocês vão poder brigar, não vai poder bater etc., mas pode falar, xingar, fazer o que vocês quiserem. Aqui é a Casa do povo. Bom, então deixe-me ouvir, passando a palavra a vocês, o Sr. Marcelo Aidar, professor da Fundação Getúlio Vargas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Por favor, logo em seguida eu passo a palavra a vocês. Não se preocupe não, pessoal, temos controle aqui, pode ficar tranquilo,

fiquem sossegados, porque nós trabalhamos de forma justa. Pois não, professor.

O SR. MARCELO AIDAR – Bom dia a todos. Obrigado pelo convite. Prometo ser breve. Estou aqui hoje para fazer um rápido depoimento sobre a minha experiência no serviço funerário o ano passado. Fomos contratados fazer um estudo sobre o serviço funerário e aí não estou distinguindo o que é serviço funerário, cemitérios, até porque, essa visão não está claro para o serviço funerário até então. Eu e mais três pessoas passamos durante seis meses fazendo estudo, tanto da parte do serviço funerário como dos cemitérios. Queria relatar, rapidamente algumas conclusões desse estudo. Basicamente esse estudo teve objetivo inicial da gente fazer uma análise dos processos e dos custos do serviço funerário e dos cemitérios para identificar até necessidade de reajuste das tarifas dos kits, onde tem diversos kits do Serviço Funerário.

A primeira conclusão do serviço funerário é que os serviços eles não são deficitários, pelo contrario, eles tem um superávit e essa lógica que é bem interessante de que você, vamos dizer, o efeito Robin Hood, que os kits mais caros de certa maneira subsidiam a gratuidade os kits sociais. É bem interessante, tem até um estudo amplo, entreguei para o pessoal da Secretaria, podemos perceber que a partir do terceiro, quarto kit mais barato ele já consegue se pagar. Já é superavitário. Isso está ok. Os preços também, obviamente, estão relativamente bem aliados. Como os custos são relativamente similares entre os vários tipos de kits, conforme aumentam os preços as margens aumentam muito. Temos kits que as margens são muito elevadas. E por isso consegue bancar os 12% que o Wilson trouxe aqui das gratuidades, dos sociais. O problema é que a gente começa ver várias questões complexas. Primeiro a questão que o Wilson Poit já trouxe bem claramente, hoje não se consegue estimular muitos crematórios que teriam muitas vantagens em relação ao sepultamento do ponto de vista, estou falando um pouco do ponto de vista financeiro, Mas também, obviamente de todos os problemas que acabam gerando quando tem de lidar como sepultamento. Mas o que vimos, de principal aqui, é que hoje o serviço funerário, ele tem de carregar nas costas a

gestão do cemitério que praticamente é inexistente, como foi muito bem colocado. Praticamente não existe uma gestão cemitérios. Ela é está sucateada. O sistema de formação ainda no papel. Desintegrado como o serviço funerário, e o pior, até onde vimos, o serviço funerário ele trata isso como se fosse departamento. São setores dentro do Serviço Funerário e na verdade são negócios distintos. Muito distintos, acho muito acertado a iniciativa de entender que o Serviço Funerário é uma coisa, cemitério outra coisa, embora muito integrados e que tende a ser feito de maneira simultânea. Porque senão você vai criar um problema sério. Quando a gente começa a olhar os cemitérios daí a nossa lógica de custo foi diferente. a gente analisou a questão do valor da concessão, aliás a gente nem chamava isso de negócios de cemitérios. A gente chamou negócio de concessão. O que a gente chama de concessão, quando o Serviço Funerário concede uma área para a família. Um Jazigo. Aí tem dois grandes processos que são extremamente complexos de deficitários, que é a concessão e o comício. Os dois andam juntos. Você concede para a família, o jazigo, e depois quando esse Jazigo, está abandonado, você tem de recuperar ele por um processo chamado comício extremamente complexo e que demora muito tempo. E é por isso também, isso também é uma das razões pelas quais o serviço funerário está sucateado. Podemos ver que alguns demoram mais de 10 a 15 anos, para ser recuperado, pelo Serviço Funerário. E aí podemos ver o efeito Robin Hood ao contrário nos cemitérios. Enquanto o Serviço Funerário, efeito Robin Hood, funcionam, parece que relativamente bem, o Cemitério o contrário, famílias que tem concessão perpetuas a mais de 50 anos, e áreas nobres da Cidade de São Paulo, sem pagar um centavo de Serviço Funerário e muitas vezes com os jazigos abandonados.

Se houvesse, obviamente todos sabem disso, a questão se houvesse uma lógica, não imobiliária no sentido de você estimar o valor o do metro quadrado da região, mas se você tivesse uma logica de em vez de concessões permanentes, mas mesmo no valor da concessão cobrar um valor de locação de zero a 3% ao mês, será coisa em torno de 80 reais mês, você já conseguiria tornar o deficit do serviço funerário que por essa nossa logica, chega a 8 milhões,

mensais, você conseguiria resolver os cemitérios, basicamente a situação financeira dos cemitérios e com certeza a questão dos serviços muito melhor para a população.

É claro que tem várias questões jurídicas que não é minha especialidade e tem dificuldade para se cobrar essa taxa, mas a conclusão muito clara que chegamos o seguinte: ainda que você pudesse cobrar que fosse, sem exagero, um real por mês, para você caracterizar situações abandono de uma maneira mais clara. O processo do comício é um problema sério. A recuperação dos jazigos é um problema muito serio, Se você pudesse cobrar um real por mês para caracterizar a questão do abandono com certeza você já melhora muito a situação dos cemitérios e o traria para um nível superavitário. Tem muitas concessões perpetuas que estão abandonadas e ai tem outros dois negócios menores que não aprofundamos tanto no nosso estudo que é a questão da fiscalização porque o serviço funerário é responsável por fiscalizar os cemitérios privados, e que poderia funcionar como uma espécie de agência reguladora e fiscalizadora;

E o último que também é um negócio interessante que é pensar os cemitérios como espaço cultural que poderia gerar alguma forma de receita para o serviço funerário. O que me parece que tem uma enorme capacidade inexplorada lá dentro. Quando vejo aqui essa discussão de puxa vida, questão de desemprego, esse receio, na verdade tem muito trabalho a ser feito que não é feito. Para mim soa estranho. Se você realmente passasse a fazer tudo isso, você teria a oportunidade de utilizar esse pessoal todo que está ai e muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Passemos agora aos inscritos. Temos 18 pessoas inscritas. Como temos bastante pessoas para falar, vamos ouvir durante 3 minutos cada orador. Eu queria pedir para vocês que façam suas apresentações dentro do tempo determinado, para que a gente possa ouvir a todos. E a gente, à medida, depois o Vereador Suplicy também gostaria de fazer suas colocações e alguns questionamentos. Mas vamos ouvir de três em três e aí a gente ouve algumas questões, posições do Secretário e depois do Vereador Suplicy.

Tem a palavra o munícipe Carlos Gilberto Alves. Em seguida o João Batista e depois o Valdemar Bombini.

O SR. GILBERTO ALVES – Obrigado pela palavra, Vereador Souza Santos. Meus amigos, tenho de cara algumas dúvidas muito sérias em relação a alguma coisa que inclusive o ilustre Vereador Paulo Frange colocou. Primeiro lugar, o artigo 124 da Lei Orgânica do Município diz que tudo deverá ser feito em consonância com o Plano Diretor, com a Lei do Plano Diretor. Muito bem, o artigo 282 nos fala da necessidade, na Lei do Plano Diretor, de se dentro do plano de serviço funerário, Plano Municipal de Serviço Funerário, fazer-se a requalificação dos cemitérios. O senhor falou das parcerias. As parcerias são para itens 4, 5 e 6. Certo? Então será a Prefeitura que deverá fazer a requalificação. Deverá fazer esses estudos e não pode se furtar dentro do princípio da indisponibilidade do interesse público. Então nós temos que fazer isso antes de pensarmos em concessão. Primeiro vamos fazer. Até porque a Lei das Concessões diz que é obrigação do poder concedente regulamentar o serviço que vai ser concedido e nós vivemos aqui, está aqui, o Decreto 3052, de 29 de dezembro de 1955, que é o que regula o Serviço Funerário. Nós estamos trabalhando sem nenhuma regulamentação. Não existe regulamentação sequer, companheiros, para a atribuição dos cargos existentes, desde 1988 está se esperando uma regulamentação disso. O Serviço Funerário funciona de boca e graças ao esforço dos meus companheiros. (Palmas)

Então eu acho o seguinte, que antes de pensarmos nisso deveríamos fazer uma reflexão daquilo que é obrigação do Estado. Posteriormente poderemos pedir sim o auxílio na iniciativa privada, mas primeiro vamos ter que dizer a eles: isto é assim, não eles nos dizerem como eles querem, porque o PMI foi feito para evitar que o interesse privado capture o interesse público, mas do jeito que a coisa está sendo montado é o interesse privado capturando o interesse público e autorizado.

E tem outras coisas que são contraditórias. Por exemplo, não se pode modificar nenhuma das propostas legislativas, à exceção daquelas que estão no item 5.1.E em outro

ponto os senhores falam vamos criar lá comércios, bebidas, não sei o quê. Ora, a lei existente proíbe isso. É um agravo aos mortos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos)- O Sr. João Batista Gomes, do Sindicato dos Servidores Municipais.

O SR. JOÃO BATISTA GOMES – Veja só, eu acho que o colega colocou muito bem, porque são palavras bonitas que são usadas e que demonstram o interesse da administração. Parece que tem uma coisa que precisa ser entregue, parece-me que é bem isso. E aí o Secretário diz que foi feita a PMI para ver o interesse do mercado, mas é o contrário. O Serviço Funerário, como um serviço público, e qualquer outro serviço público, o primeiro interesse é o interesse da população de São Paulo. Então é isso que precisa ser visto. Então o mercado? O mercado é quem? O mercado é quem dá dinheiro e, portanto, não dá para engolir a seco que o Serviço Funerário não é superavitário. Pelo contrário, no ano passado demonstrou que teve oito milhões de superávit, pode ser questionado, não sei o quê, mas foi demonstrado. E o colega da FGV falou que de fato é possível ter superávit. É preciso estancar os problemas que existem no serviço funerário, que a gente também, como trabalhador, conhece tão bem.

E aí se a PMI é para fazer a modelagem de como fazer a licitação, aí o Secretário diz o seguinte: daqui a pouco o PL do Serviço Funerário chegará essa semana, só que a PMI tem um prazo de concluir de 60 dias. Então, quer dizer, o projeto está pronto, o projeto de privatização do Serviço Funerário está pronto, ou de concessão. (Palmas) Então, Secretário, está querendo enganar quem? É essa que é a questão. Então, no mínimo, repito, no mínimo, teria que esperar os 60 dias, a PMI apresentar a modelagem e aí começar a discussão de com é que vai ser, não é o contrário, o projeto de lei vai chegar na Câmara Municipal porque o que importa é entregar para o famoso mercado o Serviço Funerário que dá lucro, que dá lucro.

É lógico que como está na mão do serviço público não tem que dar lucro, tem que equilibrar as contas e fazer o investimento. Agora, vamos lá, Secretário, quem investe em

alguma coisa quer ter lucro. Então qual vai ser a taxa de lucro das empresas concessionárias? Qual vai ser a taxa de lucro? E essa taxa de lucro é onde vai gente no lombo do povo de São Paulo. Portanto, não é interesse do povo, é o interesse do mercado que está em jogo.

Eu acho que há uma confusão tremenda aqui nessa discussão. Porque é o seguinte, trata-se o Serviço Funerário como seguinte: não vai ter desemprego. Mas, espera aí, então vocês não conhecem o serviço funerário. O Serviço Funerário é composto pelos trabalhadores efetivos do Serviço Funerário, é composto pelos colegas jardineiros que tem a concessão lá para trabalhar e é composto também pelos construtores que têm autorização para trabalhar dentro dos cemitérios. Os servidores efetivos, está na cara, não podem ser demitidos, a não ser que quebrem a estabilidade, podem ser transferidos, os jardineiros e o construtores, meus amigos. A empresa concessionária vai ficar com os jardineiros e construtores? Muito pelo contrário, vão tirar eles lá de dentro porque eles vão entrar como empresa e vão administrar aquilo como uma empresa para poder controlar de cima a baixo para aí sim ter o seu lucro.

Então é isso que estamos colocando, estamos batendo aqui claramente, que essa política de privatização, não só de cemitério, mas como um todo na cidade de São Paulo, é uma política que vai vender São Paulo e vai sair caro para a população, porque depois que vender tudo não vai ter nada para vender e aí quem é que vai arcar com o prejuízo? É o povo de São Paulo que vai ter que pagar altas taxas para essas empresas concessionárias e não privatizadas. Mas depois da uma lida no dicionário para ver o que é concessão.

Obrigado e bom dia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Tem a palavra o Sr. Valdemar Bombini, funcionário aposentado. Em seguida o Sr. José Manoel.

O SR. VALDEMAR BOMBINI – Bom dia a todos. Quero aqui cumprimentar a Mesa e gostaria de iniciar, porque a outra PMI sobre a privatização do Serviço Funerário será após e a gente vai fazer essa discussão.

Eu acho que o Vereador Paulo Frange entrou muito bem na questão, porque eu acho também, defendo, que o Serviço Funerário deveria ser uma extensão da Secretaria da Saúde, porque muitas vezes a pessoa entra em óbito pela porta do hospital e sai pelas portas dos fundos às vezes de forma ilegal, de forma irregular. E também a questão do Pro-ain(?), que deveria funcionar junto com o Serviço Funerário para a gente ter as causas mortes na cidade de São Paulo, que hoje a gente não tem claro da questão das causas mortes.

E também o Secretário não sabe o número de mortos que nós temos na cidade de São Paulo. Isso é fácil, você pega o registro de óbito está lá o registro de cada livro. Quando fecha um livro, abre um outro livro e mantém-se os registros. É só ir lá para ver em quais cemitério e a quantidade de falecidos que têm lá.

E outra coisa. O motivo pelo qual se quer privatizar o cemitério, para mim é o desmonte do serviço público, essa proposta, querem ser privatizar. Qual é o problema? É que se tem problema de segurança. Olha, onde que não tem problema de segurança aqui na cidade de São Paulo? Roubam-se os cabos dos faróis, furta-se também no cemitério. Por quê? Porque a GCM não tem efetivos para poder cuidar da segurança no cemitério, lógico que há os furtos nos cemitérios. E aí usam esse argumentam porque dizem que vão melhorar o cemitério com a iniciativa privada.

Eu vou concluir. Eu gostaria de dizer que está dentro do projeto uma compensação para as empresas privadas de dois bilhões e 800 mil de compensação. Quer dizer, não tem dinheiro para poder construir um crematório, não tem dinheiro para poder investir no cemitério, mas tem dinheiro para entregar para a iniciativa privada como compensação para fazer obra no cemitério. Então é um absurdo que isso aconteça na cidade de São Paulo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Tem a palavra o Vereador Suplicy, sempre Senador.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Obrigado, Vereador Souza Santos, Presidente desta reunião, presado Secretário Wilson Poit, Secretário Marcio Penido, de

desestatização, de serviços e obras, Sra. Ana Beatriz Monteiro, presidente da São Paulo Parcerias, Dr. Marcelo Aidar, especialista na São Paulo Parcerias.

Sr. Presidente, eu pergunto se eu posso fazer indagação, porque acredito que seja muito relevante, à Sra. Márcia Rosa Alves, Superintendente do Serviço Funerário desde o início do ano, porque eu acho que é relevante que eu posso fazer essas perguntas.

A senhora poderia vir à Mesa, porque tem um lugar e fica melhor.

Secretários Wilson Poit e Marcos Penido, acho relevante essa indagação. Até tentei telefonar agora para a que a precedeu, porque seria um ótimo diálogo.

Primeiro gostaria de conhecer um pouco da sua formação, experiência administrativa e conhecimento do Serviço Funerário para então ter sido convidada pelo Prefeito João Doria para administrar o Serviço Funerário. Mas a pergunta básica que gostaria de fazer, perante todo desafio e para que a senhora possa esclarecer a todos, inclusive aos que trabalham, se a senhora tivesse a opção, uma real opção apresentada pelo Prefeito de realizar as concessões tais como a que estão sendo formuladas e a outra seria, vamos supor que a senhora tivesse essa possibilidade de administrar com a continuação dos cemitérios sem a realização da concessão. Primeiro, eu gostaria até, eu peguei os dados atualizados, Secretário Wilson Poit que mencionou que em 2015 foram 43 milhões de receita e 51 milhões de custos, de despesas. Em verdade, em 2016 as despesas somaram 128 milhões, 169, e a receita 138, 999, com superávit financeiro de dez milhões, 739, ou seja, a senhora confirma essa informação? Eu vou fazer todas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Vereador Suplicy, só para informar V.Exa., nós não tínhamos essas questões previstas dentro da audiência pública.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Pela ordem, Sr. Presidente. Como é que nós estamos conversando sobre as concessões, temos que falar com o Serviço Funerário, com quem é responsável.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Está falando.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – A pergunta que eu fiz é inteiramente relevante. Eu vou fazer todas as perguntas para que...

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Então, por favor, faça as perguntas. Até porque nós trouxemos o Secretário Wilson Poit e o Secretário Marcos Penido para falar dessa questão que é a desestatização e o serviço de concessão, é o assunto da audiência pública.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Claro. E, portanto, querido Presidente Souza Santos, portanto, a questão da desestatização refere-se a se convém ou não a realização da concessão e a pergunta que quero fazer...

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos)- Então o senhor faça.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Porque que os Vereadores que me antecederam tiveram todo tempo disponível e eu não posso ter? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos)- Você quer ir até o meio-dia?

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Eu terei tempo. Pois bem, vamos supor que a senhora tivesse a possibilidade de administrar sem a concessão, quem sabe a senhora pudesse dialogar com todos os servidores já que entrou recentemente, para saber que diagnóstico fazem de todos os problemas que tem ocorrido. O que precisa ser realizado dentre as questões, já que foi informado aqui que há muitos trabalhadores, servidores no serviço funerário que estão prestes a ser aposentar e tudo. Então há necessidade de realização de concurso público.

Sobre a questão da receita, eu gostaria de saber o seguinte: dessa receita, até superavitária em 2016, quais são os seus componentes? Teria a senhora a possibilidade de aumentar um pouco essa receita para fazer frente a todas as despesas que significariam administrar muito bem o Serviço Funerário? É possível fazer com que o Serviço Funerário – se de responsabilidade da Prefeitura, da senhora como Superintendente e chefe da equipe, com todos os servidores que, acredito, estão lá trabalhando há muitos anos porque gostam do serviço... Muitas pessoas aqui informaram que talvez pudessem ter garantido o seu emprego,

mas há muitos servidores – e eu conheço muitos deles quando vou ao Cemitério – que têm especialização no trabalho deles. Não será tão fácil substituí-los. Até pergunto ao Secretário Wilson Poit: quando foi dito quem quiser continuar pode então ser encaminhado para outro setor da Prefeitura; mas e se essa pessoa ama o seu serviço lá? Acho que todos nós Vereadores gostamos muito de realizar a nossa atividade. Eu aprendi que o importante para cada um é realizar o trabalho que lhe deixa feliz. Então, os servidores certamente gostam daquilo que realizam; gostariam até de se aprimorar. Será que não seria bom, por exemplo, para aumentar a eficiência do Serviço Funerário, prover cursos em cada uma das áreas para que eles se tornem mais eficientes?

Enfim, eu agradeço muito se a senhora tivesse pela frente o desafio: o Prefeito, tendo em conta que eu estou reivindicando dos Vereadores que possam até aceitar a proposta de um plebiscito se se deve ou não se realizar... (Palmas) Se os Vereadores, na sua maioria, pelo menos permitirem que seja apreciado e votado no Plenário da Câmara Municipal a possibilidade de um plebiscito, então, seria ótimos termos um debate ainda mais aprofundado para esclarecer a toda a população para que digam “sim” ou “não” ao plebiscito. Mas, aí, vamos supor, se for dado o resultado por maioria “não” e a senhora tivesse então o desafio de administrar, será que seria possível? A senhora conseguiria, com só os recursos da Prefeitura, eventualmente até com alguns entendimentos com empresas...? Porque, afinal de contas, conforme até nos foi informado, há serviços que são objeto de concessões na própria administração do Serviço Funerário hoje.

Enfim, agradeço muito se puder nos dar essa informação. E acredito, prezado Secretários, que esse depoimento é muito relevante. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Vereador Suplicy. Para fazermos justiça, portanto, Vereador Suplicy, o Secretário Poit tem uns questionamentos a serem respondidos de forma que possamos dar as informações a todos vocês. Primeiramente, a Vereadora Edir Sales fez seus questionamentos, assim como os Vereadores Dalton Silvano e

Paulo Frange. Assim, o Secretário Poit poderá dar respostas àquilo que foi perguntado. Tem a palavra, Secretário.

O SR. WILSON POIT – Obrigado, Vereador Souza Santos. Até para não tomar muito tempo e para liberar o tempo para que os senhores possam também falar, vou me posicionar sobre alguns pontos principais. Nós anotamos tudo, mas falarei sobre alguns pontos principais. Se a Dra. Ana, Presidente da São Paulo Parcerias, e o Secretário Penido quiserem me complementar, também fiquem à vontade.

Mais uma vez, gostaria de insistir, e me colocar sempre à disposição dos senhores, em que a palavra “privatização” foi usada diversas vezes. No caso dos cemitérios e do Serviço Funerário, não se trata de privatização, mas de concessão por um tempo determinado, ao fim do qual esse serviço retorna para a Prefeitura. É renovado com um novo concessionário ou não. Ou o serviço é bem feito e você renova contrato, ou você pode licitar novamente. Haverá um tempo determinado para isso. Então, é importante deixar claro que não é uma privatização, não é uma venda, como o caso de imóveis, por exemplo, ou o caso do Anhembi, que está muito claro.

Também é importante dizer que - como disseram o Professor Marcelo Haidar e também o Secretário Penido - o serviço como um todo é superavitário. O Serviço Funerário compensa o deficit dos cemitérios. Como mostramos aqui nos *slides* relativos a 2015 – não temos os dados de 2016 -, houve um prejuízo nos cemitérios de 8 milhões. Então, quem acaba pagando por isso... Inclusive aí existe uma política errada em que toda a população, inclusive a mais humilde, acaba pagando por isso, porque ela precisa usar o Serviço Funerário, e esse superavit cobre o deficit dos cemitérios, como dissemos.

Nas próximas duas semanas, lançaremos o PMI do Serviço Funerário, em que também ouviremos o mercado. Quanto a ouvir o mercado, nós estamos autorizados aqui pela Casa e pela lei a fazermos o PMI, a ouvirmos o mercado enquanto estamos discutindo a lei. Nada será feito, nenhuma licitação, nenhuma concessão sem a aprovação do Legislativo.

Então, não se trata de ouvir o mercado e já estar pronto; nada disso. Estamos fazendo isso com o Pacaembu, estamos fazendo isso com os terminais de ônibus. Temos que ganhar tempo e ouvir. Porque também não adianta discutirmos aqui, montarmos um projeto de lei e soltarmos, e dar vazio, como muitas vezes já aconteceu no mercado. Precisamos saber se há interessados, ouvir a opinião, e vamos montar depois, juntamente com o Serviço Funerário e com a Secretaria. Baseado na lei que será aprovada aqui, vamos, sim, colocar. E uma das determinações do Prefeito João Doria para essa Secretaria e para esses projetos – são diversos projetos, mas esse, muito importante – é a palavra “equilíbrio”.

Só reforçando aqui, foi dito pelo Sr. João Batista, pelo Sr. Carlos Gilberto. Eu gostaria de voltar e dizer: os projetos têm que ser bons para as 3 partes. Tem que ser bom para a Prefeitura e o Serviço Funerário atual; tem que ser bom para o investidor, porque ninguém vai fazer investimento, pois dinheiro não cai do céu; e tem que ser muito para o paulistano, para o usuário do Serviço Funerário, para as pessoas. Tem que ser...

- Manifestações no recinto.

O SR. WILSON POIT – Com licença. Eu ouvi vocês com o maior respeito.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Vocês vão ter oportunidade de falar.

O SR. WILSON POIT – E vocês vão ter a oportunidade de falar. Os projetos têm que ser equilibrados. Nada será concedido, nada será licitado sem autorização desta Casa, do Poder Legislativo, que normalmente enriquece as leis que passam por aqui.

De novo, eu gostaria de falar que não é privatização do Serviço Funerário e não é privatização de cemitérios. Como também o Vereador Paulo Frange falou, gostaria de dizer que está nos nossos planos, está no PMI cemitérios PETs para os animais e também crematórios. Temos muitas oportunidades hoje que deixam de ser aproveitadas.

Como foi dito, são leis e projetos de muito tempo, que vêm rolando, e chegou a hora de pararmos de andar de lado. Acho que é bom também para os servidores públicos. Muitos são felizes, amam o que fazem; mas muitos são infelizes, às vezes não estão lá numa

boa. Inclusive alguns nos procuram e querem aproveitar a oportunidade para sair. Terão a oportunidade de trabalhar no setor privado, terão oportunidade de continuar eventualmente nos cemitérios ou de trabalhar em outros setores, porque realmente essa população mais humilde está precisando. São Paulo não tem dinheiro hoje para a reforma necessária em todo esse sistema.

Então, gostaria de deixar isso bem claro e continuar ouvindo os senhores com respeito, anotando todas as sugestões e experiências e deixar alguns pontos aqui para que a gente não repita, de repente, as mesmas perguntas.

Não sei se o Secretário Penido quer me complementar, ou a Dra. Ana, em algum ponto que eu deixei de colocar. (Pausa) Por favor.

A SRA. ANA BEATRIZ MONTEIRO – Bom dia a todos. Para nós, é uma felicidade ver a Casa cheia, porque tudo o que queremos construir uma solução em que a gente possa ter a participação da população e daqueles que já trabalham nos serviços cemiteriais e posteriormente funerários, quando nós viermos a trabalhar deles especificamente.

Algumas perguntas aqui já foram esclarecidas. Eu me direcionaria um pouco mais às perguntas do Vereador Paulo Frange. Uma pergunta que V.Exa. fez foi: cadê o inventário? O que acontece hoje em dia? Há um registro, naturalmente, dos óbitos e dos sepultamentos, que são registrados nos livros que ficam nos cemitérios e no Arquivo Histórico Municipal. Infelizmente, em alguns cemitérios, como foi mostrado aqui, os livros estão muito deteriorados. Então, de novo: os cemitérios foram construídos no início da criação, do desenvolvimento da Cidade, e é muito natural que o papel se deteriore ao longo do tempo. Então, esse cadastramento, registro digital é fundamental. Ainda porque muitas dessas famílias já deixaram de existir. A família teve o avô, o bisavô, que era mais antigo; comprou um jazigo, que foi utilizado; hoje em dia, não se sabe exatamente a destinação daquela família. Então, o cadastramento vai promover esse conhecimento mais aprofundado daqueles sepultamentos que foram realizados ali. Inclusive, posteriormente, se alguém não responder a isso, haverá

necessidade de se dar publicidade daqueles jazigos que não foram recadastrados para se poder justamente saber se foram famílias que saíram de São Paulo e onde estão essas famílias. Então, isso sim está na nossa atenção, e vamos cuidar desses assuntos.

Agora, é sempre importante lembrar que estamos iniciando um processo. Temos vários etapas e nós não vamos, em momento algum, pular etapa nem deixar de ouvir a população. Porque uma coisa que é muito importante para vocês... Eu estou falando aqui em nome da São Paulo Parcerias, que é uma empresa ligada à Secretaria Municipal de Desestatização. Temos uma equipe técnica que está trabalhando duro nesse projeto. E o que eu queria transmitir para vocês é a convicção que esse time técnico tem de que o serviço funerário e os serviços cemiteriais são essenciais para a população, e existe, sim, oportunidade para melhoria, ainda que vocês tenham feito todo esse trabalho glorioso de, com poucos recursos, prestar os melhores serviços aqui na cidade. Então essas questões são muito importantes para nós.

Outro ponto é somente o seguinte: quando vocês perguntam sobre o que Penido falou, que estaria profetizando, sim, essas diversas questões que já foram endereçadas no Plano Diretor serão fixadas por lei, e, depois, serão regulamentadas posteriormente, e, também, os editais, que trarão minutas de contrato, trarão as obrigações específicas dos concessionários.

Ainda, finalmente, um último ponto, que diz respeito às questões ambientais: também haverá necessidade de regulamentação e de licenciamento ambiental desses cemitérios. O que for passível da Prefeitura, o que aconteceu até a data da concessão, será, sim, passível da Prefeitura, que terá a obrigação de fazer; mas, a partir do momento em que se concessão se iniciar, os concessionários terão obrigação sobre isso. E o que esperamos, no que diz respeito às quadras gerais, que têm as covas rasas, é que elas também terão a obrigatoriedade de trocar. Não haverá mais sepultamento direto no solo, serão gavetas horizontais, com material impermeável adequado, que vai contribuir para minimizar esse

potencial de contaminação do lençol freático.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Muito obrigado.

Bom, todos os questionamentos feitos serão respondidos por aqueles que foram questionados. Quero continuar com a lista de inscritos, para que possamos ouvir todos vocês.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Vai falar. Eu já falei. Acabei de falar, pessoal. Ela vai falar. Mas que preocupação que vocês têm, gente. Eu não falei que todo mundo vai responder, pessoal?

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLYCY – Já está com o microfone pronto aqui para ela.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Nós não estamos brincando. Estamos brincando?

Aliás, quero dizer para vocês, antes de continuar, que a Comissão de Política Urbana foi a única que se interessou em fazer uma audiência pública do Serviço Funerário, só para vocês terem uma ideia. Então nós trouxemos vocês aqui para ouvir, para tratar com lisura o processo; o Poit se colocou à disposição. Eu repito: nunca vi tanto secretário na minha vida como eu tenho visto nesses anos de mandato. Essa gestão, a princípio, está de parabéns, porque todos os secretários que foram convidados até hoje têm atendido esta Casa. Anteriormente, não; convidávamos e não vinha, sempre burlaram, era uma baderna. Agora, parece-me que, pelo menos, está dando oportunidade para vocês serem ouvidos, a população ser ouvida. Pelo menos estamos vendo isso; isso está acontecendo. E vocês estão aqui porque nós convidamos para essa audiência pública.

Vamos ouvir o José Manuel Pereira Gonçalves, presidente da Ferro Frente.

O SR. JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES – Eu estou aqui, mas não em nome da Ferro Frente, porque é assunto ferrovias; o Suplycy conhece. O nosso assunto aqui é

porque eu sou sobrinho de um ex-superintendente do Serviço Funerário Municipal cujo nome consta no crematório da Vila Alpina. Eu era pequeno, e eu ia visita-lo no Serviço Funerário, era muito engraçado, e ele, o Jaime Augusto Lopes, dizia: “Meu sobrinho, eu não posso dar cartão de Natal para ninguém porque fica chato”. Na sala tinha um caixão, e sobre ele a gente colocava alguns objetos. Ele dizia: “É possível baratear custo, é possível fazer dignamente o enterro da população mais humilde, é possível reduzir custo de flores”. Então, veja, é nesse contexto que eu vim. Eu não poderia deixar de vir para dizer para vocês que eu tenho muitas suspeitas dessa pressa de se privatizar ou se conceder.

Eu pedi ao nosso companheiro, ali, ao lado, a convocação desta audiência pública, que diz que institui o chamamento público tendo por objeto a apresentação de estudos de modelagem operacional. Eu não vi estudos de modelagem operacional nenhum, Srs. Secretários. Srs. Vereadores, eu não vi nenhum estudo, eu vi intenção, boas intenções.

Concessão é diferente de privatização – eu sei, nós sabemos. Na privatização, o Poder Público entrega o que considera um abacaxi e pronto; concessão, ao contrário disso, vai preservar de alguma forma o patrimônio público. Esse conceito está certo, mas, na prática, tudo é muito parecida. Na prática, implica perda do controle de um bem público por parte do interesse público. Só que a privatização, ou concessão, o que quer que seja, precisa da correta e prévia avaliação dos bens ou dos serviços privatizáveis ou que venham a fazer parte de uma concessão.

Eu lamento... Eu não lembro o nome da senhora.

A SRA. ANA BEATRIZ – Ana Beatriz.

O SR. JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES – Com todo o respeito à senhora, numa audiência pública dessa aqui chegar e dizer “Mas eu não vou ter o contrato para mostrar para vocês”. Mas o contrato é fundamental, estamos discutindo algo que no contrato vai ter que estar escrito, por exemplo, com relação à qualidade, Giba. (Palmas) Com relação à qualidade do serviço público.

Ouvi alguém também dizer num certo momento que o funcionário era quase que um estorvo. Não, eu não vejo o funcionário, e não vi naquela época, e testemunho isso como sobrinho meu finado tio, que o funcionário era o (Ininteligível) que resolvia e não vinha fazer tipo com vocês, não. É porque eu vi que, com vocês, eles resolviam problemas graves que aconteciam, e vocês sabiam o riscado dessa história.

Agora, fazer uma subavaliação do processo, passarem batidos alguns aspectos, não dizer a verdade aqui, na Câmara de Vereadores da maior cidade do país, num serviço tão importante ao pobre, tão importante ao cidadão, eu acho que isso é um deboche, me desculpe.

Eu vou concluir, Vereador.

Olha, vocês fiquem bem atentos. Nós estamos de olho em vocês. Dependendo do que vocês fizerem, vai caber ação popular, que está meio dormente atualmente, e vai caber ação civil pública também.

Nós queremos critérios técnicos. O senhor técnico que estava ali, que saiu da mesa há pouco, disse que o serviço funerário é superavitário. Estamos partindo de uma premissa furada, dizendo que o serviço é deficitário. Isso tem que ser claro, isso tem que ser definido com fundamentos que sejam para a preservação compatível das leis. Depois, nós temos espaço físicos, os cemitérios são enormes, tem que compatibilizar tudo isso com lei de zoneamento, com leis de ocupação do solo.

Então, só para concluir, Vereador: eu vim aqui, eu tenho o prazer de vir aqui, mas eu saio daqui assustado com o que eu vejo. O interesse público colocado de lado, como se fosse um favor nos ouvir, sendo que é a obrigação dos senhores.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Muito bem. Vamos ouvir o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Eu sou da Unesca, uma universidade que está sendo organizada em 85 países, e também presidente da UniGlobal, Trabalho e Cidades.

Em 88, quando a Assembleia Constituinte estava instalada em Brasília, eu

apresentei uma tese de constituição do sistema único de saúde, o SUS; e depois, na 8ª Conferência de Saúde, que foi realizada na mesma data, eu apresentei a tese para três mil delegados, que aprovaram por unanimidade. Eu orientei todos, e até mesmo o Congresso, na Assembleia, a defender a implantação do Sistema Único. Já se foram 15 conferências nacionais até agora.

Eu sou autor do projeto de constituição do SAMU no país, inclusive das motos com os paramédicos, e outras ações que não vai dar aqui para pontuar.

Agora, na 1ª Conferência de Vigilância e Saúde, eu apresentei uma tese que é o sistema de biometria no Sistema Único de Saúde.

Só no Brasil foram enterrados, do Regime Militar para cá, cerca de 4.850 pessoas como indigentes; só na cidade de São Paulo, 350 mil. É um verdadeiro absurdo. Implantando esse sistema da biometria, ninguém será enterrado como indigente na cidade de São Paulo, a maior cidade do país.

Voltando ao assunto da concessão.

Nós pesquisamos que 92% dos cemitérios da cidade de São Paulo geraram verdadeiros pontos de venda de drogas, com traficantes e usuários, com roubos e assaltos ocorrendo dentro dos cemitérios, com roubos aos túmulos e às gavetas das pessoas. Isso é um sistema desumano, é uma falta de segurança total.

Em 185 países do planeta os cemitérios são privados. Hoje não tem segurança. O Secretário ia falar das câmaras de segurança, de vigilância, digitais; mas eu venho colocar que, no novo sistema de concessão, nenhum funcionário do cemitério possa ficar para trás. E, além disso, a implantação de um sistema privado, internamente, em cada cemitério, ficando só a Guarda Municipal e a Polícia Militar fazendo a segurança do entorno.

Eu tinha algumas coisas para pontuar, mas vou encerrar por aqui. Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Imagina, nós é que agradecemos.

Registro também a presença da Vereadora Janaína, que nos abrilhanta com a sua presença.

Vamos ouvir o Sr. Manoel Norberto, do Serviço Funerário; Alexandre Lourenço, do Cemitério da Consolação; e, em seguida, vamos ouvir a Superintendente, a Sra. Márcia.

Por favor, Sr. Manoel.

O SR. MANOEL NORBERTO – Bom dia a todos. Eu sou funcionário do Serviço Funerário há 17 anos. E eu vejo o sucateamento há vários anos, nesses 17 anos que sou funcionário.

Existia uma reforma a cada mandato de administradores, ou do prefeito, que funcionava. Na minha visão, o que faltava era um direcionamento para onde iriam essas reformas, mas elas sempre funcionaram.

Hoje, trabalhamos por dois – cada funcionário deve saber disso que eu estou falando. Eu sou funcionário de um cemitério da zona Norte, onde o sistema é de gavetão. São bastantes sepultamentos, mas os sepultamentos, as exumações de processo, as famílias não voltam para trás sem os serviços feitos. Se eu estiver mentindo, qualquer funcionário pode falar aqui. O serviço é feito, o que está faltando é investimento, mas as ideias já surgiram. Em vez de uma privatização, uma suposta concessão. O cidadão ali da Fundação Getúlio Vargas surgiu com ideias, tem ideias. Nós chegamos aqui na Câmara dos Vereadores com uma proposta de 13 medidas.

O Serviço Funerário não tem nem sede; era debaixo do viaduto, agora está no aluguel. É um dinheiro que é pago nos aluguéis de carros, nos depósitos. Tem muito dinheiro que é jogado fora. E não vi ninguém falando do ser humano, do funcionário do Serviço Funerário, que carrega tudo isso nas costas, a ponta do serviço, e que sabemos o que está acontecendo. A gestão pública não é o caminho. Já vimos que existe um caminho que não é concessão. Funcionário público misturado com privado não dá certo. A gestão do Maluf já mostrou; o PAS já mostrou que não deu certo.

Era isso que eu queria falar. Obrigado. (Palmas)

P – Vamos ouvir o Sr. Alexandre Lourenço, empreiteiro do Cemitério da Consolação.

O SR. ALEXANDRE LOURENÇO – Bom dia a todos. Eu acho que muita gente me conhece, e eu estou representando aqui também o Serviço Funerário, porque são os nossos amigos. Falando com os Srs. Vereadores, o presidente, e o Secretário, Sr. Wilson, eu queria, de vocês, desde já, pedir uma atenção especial para o Serviço Funerário.

O Serviço Funerário existe desde 1958, e sempre funcionou. Passamos por crise, por várias prefeituras, vários prefeitos, e sempre funcionou. Tem vários concessionários, famílias. Eu mesmo tenho a concessão de um túmulo no Cemitério da Consolação com a minha família, aqui representada; outros amigos aqui também têm. A família do Sr. Suplicy, Sr. Vereador, também tem um túmulo na Consolação. A família dele paga para a gente.

O que eu quero dizer é o seguinte: muitos aqui votaram no João Doria, muitos confiaram nele. O Serviço Funerário tem capacidade, sim. A Márcia vai responder isso melhor depois. Tem capacidade. Eu tenho certeza disso. E eu, quando falo, represento todos os amigos.

E tem outra questão que precisamos falar: tem a Prefeitura, tem o serviço funerários e tem os credenciados. E eu quero que o pessoal levante aqui. Sem fazer barulho, nada, mas pode ficar de pé, pessoal, por gentileza. Todos os credenciados aqui hoje. Por favor.

Isso, senhores, é um número pequeno. Somos 1200 no Serviço Funerário; todos os são meus amigos. Posso falar todos, porque eu sou a terceira geração que trabalho nisso, que estou aqui chorando, emocionado, porque a minha filha falou: “Papai, o que a gente vai fazer agora?”

Meu avô veio para cá em 1922 – meu tio está aqui, veio de Portugal –, constituímos famílias, conhecemos famílias importantes, como a família do Sr. Suplicy, que tem um túmulo

em frente à administração do Cemitério da Consolação; como a do Sr. João Doria; o Tralli; Fernando Henrique Cardoso, que eu fiz um túmulo para a Sra. Ruth Cardoso – vocês podem ver em revista isso daí. Então temos uma história lá também. O Serviço Funerário, o amigo acabou de falar, é o nosso mundo, é o nosso universo. É como o Vereador Suplicy também falou: a gente ama o que a gente faz, a gente está ali por amor. E eu tenho certeza, Secretário, que temos pessoas dentro do Serviço Funerário, e credenciados também, qualificados. Eu estudei na Faculdade São Luís, Paulista com Haddock Lobo; tenho um primo que vai falar daqui a pouco que é engenheiro formado. Eu sou credenciado pela Oswaldo Cruz também. Sou construtor, mas posso também atuar em outra área. Tenho primos advogados, tem os colegas advogados, formados. Quem comprou a casa aqui foi de dinheiro do nosso suor no cemitério.

Podem levantar a mão, senhores.

Quem tem carro, quem tem família, quem paga imposto com dinheiro do cemitério?}

Levantem a mão, senhores, por gentileza.

O Serviço Funerário está sempre junto com a gente, e a gente está sempre com o Serviço Funerário, só que o Serviço Funerário nunca teve autonomia, salvo engano que o pessoal vai ter, que vai ser a concessão, como o Sr. Wilson falou. É um estudo. Tudo bem, Sr. Wilson, mas pense na gente, por gentileza. Eu peço para o senhor passar isso para o Prefeito João Doria. Pense nos credenciados, pense no Serviço Funerário. O que a gente vai fazer? Eu peço que vocês lutem por nós, e não só em mim, como por todos nós aqui.

Agradeço desde já. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Alexandre.

Vamos ouvir a Sra. Marcia. Por favor. Se puder colocar rápido, que a lista ainda tem mais dez, 11 pessoas.

A SRA. MARCIA MENDES – Bom dia a todos.

Um Vereador perguntou, questionou: eu sou formada em Marketing pela SPM. Formada em Comunicação Social com especialidade em marketing na mesma faculdade.

Nós estamos trabalhando, independentemente da concessão. Quem me conhece sabe que eu estou há pouco tempo no Serviço Funerário. Entrei em janeiro, fui para o Departamento de Cemitérios como diretora, e faz dois meses e meio aproximadamente que estou na superintendência. É uma honra, é um trabalho muito difícil e só quem está lá é que sabe das nossas dificuldades.

Eu queria dizer que nós temos trabalhado com as contas muito justas, ainda não trabalhamos deficitário. Pagamos toda a nossa folha, todos os nossos fornecedores. Temos, sim, trabalhado para aumentar essa receita, desenvolvendo projetos, fechando torneiras, que a gente sabe que tem muitos problemas. Não é fácil, é muito complexo, porque, diferentemente de outras secretárias, faça chuva, faça social, Natal, feriado, com dinheiro ou sem dinheiro, nós sepultamos, em média, 300 pessoas por dia. É um servidor muito sofrido e nós também temos pensado neles.

Já temos desenvolvido um contato com algumas empresas de algumas universidades para fazer parceria para oferecer cursos de especialização; temos dado treinamento para os novos administradores de Cemitério. Então é um trabalho árduo, mas é um trabalho que está acontecendo, independentemente da concessão. Nós não vamos parar. Isso pode demorar seis meses, mas pode demorar um pouco mais, que a gente não sabe como caminha. E a orientação do próprio Prefeito é que a gente trabalhe como se ela não existisse, para que tudo ocorra do melhor modo possível. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – É isso. Obrigado, Marcia.

Sra. Lourdes Estevão, do Sindsep.

A SRA. LOURDES ESTEVÃO – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento a Mesa, cumprimento toda a plenária, e, de maneira muito especial, cumprimento cada trabalhador e cada trabalhadora do Serviço Funerário aqui presente.

Eu vim aqui porque eu sou uma potencial usuária do Serviço Funerário, como cada um de nós aqui. Portanto, eu acho que um serviço público, sustentado pelos impostos que pagamos, o Prefeito, ou o Vereador, não tem autoridade de vender esse serviço, seja ele serviço funerário, seja ele serviço de saúde, seja ele serviço de educação. Todo serviço público é sustentado com o nosso dinheiro, com o dinheiro do povo. E se o gestor não tem capacidade de gerir, então ele não assuma esse serviço, porque é para isso que ele é candidato. (Palmas)

Eu sou da saúde, e a experiência que nós temos de privatização é extremamente horrorosa, não melhorou o serviço de saúde. E aí eu penso que setores como saúde e funerária, onde você tem o cidadão na sua maior fragilidade, jamais pode ser terceirizado, porque a terceirizada só tem um objetivo, e é lucro. A terceirizada vai buscar o lucro do cidadão no momento em que ele está no fundo do poço. Isso se chama assédio.

Vocês colocaram que estão fazendo aqui uma audiência pública, legal, realmente o que estão fazendo audiência pública, é muito bom. Mas uma audiência pública ela é só é válida se também o gestor que está convocando ele tiver a disposição de ouvir de fato o que é que a população tem a dizer a ele. E nesse momento estamos vindo aqui com uma proposta, ela é uma proposta clara, tem de fazer plebiscito. Não existe autoridade, nem com o Prefeito que é eleito por quatro anos para ele vender a Cidade de São Paulo para a vida inteira. Não existe essa autoridade. O povo não deu essa autoridade. Então quer privatizar? Faça a consulta para a população por meio de um plebiscito. Aí ela vai dizer se quer ou não que essa cidade seja vendida. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Com a palavra o Sr. Flavio Menar, engenheiro.

O SR. FLÁVIO MENAR – Bom dia a todos. Sou a terceira geração do Serviço Funerário, o nobre vereador Eduardo Suplicy, também é da Consolação, nos conhece e assim, ele pergunta muito assim: Ah, qual é sua qualificação? Sou engenheiro há 17 anos. Há 17 anos estou no cemitério. Sou engenheiro civil, sou engenheiro de segurança do trabalho, sou gestor

ambiental, sou perito judicial, sabe onde eu gosto de trabalhar? No cemitério, fazendo planta para os empreiteiros. Meu pai é empreiteiro, tio empreiteiro, é uma vida. Meu pai está ali, 78 anos, economista, nunca exerceu. Onde trabalhou a vida toda? No cemitério. É um nicho de mercado. Famílias vivem em torno dele. Nós os licenciados não somos meia dúzia. Somos em maior numero do que os funcionários. Hoje, em matéria geral temos praticamente um numero um pouco maior. Mas no cemitério somos três, quatro vezes em maior numero do que os funcionários. O Secretário pode responder uma pergunta minha? O Sr. Prefeito prometeu: não haverá desemprego. E para nós, haverá desemprego? As nossas funções estarão garantidas no projeto?

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Quer que responda agora?

O SR. FLÁVIO MENAR – Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Com a palavra o Sr. Secretário Wilson Poit

O SR. WILSON POIT – Flávio, engenheiro. Também sou engenheiro Respeito bastante o trabalho de sua família. Entendo o que você está falando. Agora, respondendo assertivamente a sua pergunta. Quem for concessionário dos cemitérios, será incentivado fazer os melhores esforços para aproveitar quem já trabalha e quem tem experiência nisso.

- Manifestações na galeria.

O SR. WILSON POIT – Na verdade não estamos aqui para enganar ninguém..

O SR. FLÁVIO MENAR – Não foi isso que o Sr. Prefeito prometeu. S.Exa. disse: “Não haverá desemprego”

O SR. WILSON POIT – Não haverá desemprego para as pessoas que estão empregadas no Serviço Funerário que trabalham no Serviço Funerário, que trabalham no Serviço Funerário. Hoje da população de São Paulo já paga, e muito pelos serviços funerário, como você mesmo está dando um testemunho aqui de trabalhar dentro do cemitério prestando serviços para as pessoas. a ideia da Prefeitura do Município de São Paulo é ter uma tabela publica, uma tabela que o concessionário possa usar e regulada, porque hoje no fim do dia e

no fim dos mês, o dinheiro que vem para o serviço publico, pagar o servidores que estão aqui no cemitério ele é deficitário, precisamos da compensação, inclusive das famílias mais humildes com Serviço Funerário, para compensar os déficits do cemitério.

Não estamos escondendo de ninguém de que a prioridade do Prefeito João Doria, é Saúde, Educação, Habitação, Segurança, mobilidade e Assistência Social. Acredito ser um absurdo não ter creches em São Paulo e ao mesmo tempo a Cidade de São Paulo, cuidar de tantas outras coisas que não deveria estar presente,

O que posso dizer aqui, é um projeto para enxugar o Serviço Publico, para que não tenhamos despesas onde o mundo inteiro, - como um de seus amigos que acabou de usar a tribuna – os cemitérios não são públicos e de novo, não estamos vendendo cemitérios. Não estamos fazendo privatização como também foi dito ai reconhecido. Estamos fazendo uma concessão por um tempo determinado e me perdoe, apenas aproveitar a Dona Lurdes que acabou de falar, mas eu preciso isso. o plebiscito já aconteceu. Foi dia 3 de outubro. O Prefeito João Dória, não enganou ninguém. Durante toda a campanha eleitoral o Prefeito disse que faria isso, e dia 3 de outubro, S.Exa. teve 53% dos votos, três milhões e cem mil eleitores, dizendo que ia fazer a desestatização dessa cidade.

- Manifestação na galeria.

O SR. WILSON POIT – Poderíamos já está fazendo mas a audiência publica Presidente, já estamos em agosto, já poderia estar fazendo. Não enganou ninguém. O que ele prometeu, ele foi eleito para fazer. A única coisa que ele nos pediu que hoje é a 16ª vez em que estamos aqui respeitando a Casa, ouvindo os senhores e vamos fazer isso após todas essas audiências públicas e uma autorização da Casa. Agora não estamos aqui para enganar ninguém e nem para dizer...

- Manifestações na galeria.

O SR. WILSON POIT – Plebiscito já foi feito senhora!

O SR. FLÁVIO MENAR – Sr. Presidente, finalizando. Então, assim, os

credenciados ficarão na mão e não haverá sequer uma conversa, uma proposta. Então eu deixo a proposta. Os licenciados de antemão não querem explorar ninguém. Já concordaram, com minha proposta. Concordamos em pagar qualquer tipo de taxa a municipalidade ou ao concessionário pelos serviços prestados.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Com a palavra o Secretário Marcos Rodrigues Penido.

O SR. MARCOS RODRIGUES PENIDO – Flavio complementando sua colocação, é muito importante nesse momento, a ao anterior também, dizer que os senhores são a incitativa privada. Estão trabalhando, prestando serviços, vocês tem uma concessão. E o que vocês tem é uma questão da livre iniciativa. É mostrar a capacidade de execução dos serviço com valor e qualidade, em nenhum momento esse serviço será restrito,. Será sim. Você terá uma liberdade maior de negociar sua capacidade de execução e estar colocado como livre iniciativa para prestar serviços. essa é a grande questão. Vocês hoje são concessionados e prestam serviços e partir do momento que houver outra concessionária esse serviço continua aberto para a livre iniciativa. Isso chama-se oportunidade de mercado, que é o que vocês exercem hoje e poderão continuar exercendo mais para frente.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado.

Pessoal, só para...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCOS RODRIGUES PENIDO - Vocês se reportarão ao concessionário da mesma forma. É a livre iniciativa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCOS RODRIGUES PENIDO - É, exatamente. Vocês terão total liberdade de continuar executando dentro do regramento junto à concessionária.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Pessoal, manifestações só ao microfone.

Deixa eu falar um negócio importantíssimo para vocês: nós estamos ouvindo em cada audiência pública que passa por esta mesa sobre plebiscito. Querem plebiscito. Há três projetos, de três Srs. Vereadores, protocolizados na Casa para que isso aconteça.

Vejam, sequer um desses projetos passou pela CCJ, que é a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, não passou. Se passou, desconheço, tem de ir para Plenário para serem votados pelos Srs. Vereadores, com quórum qualificado.

O que é quórum qualificado? Trinta e sete Vereadores precisam aprovar isso, senão não tem.

Não adianta falar que querem plebiscito. Não estou defendendo nada aqui não, mas tem de passar lá no Plenário, por 37 Vereadores, senão não aprova. Não é isso, Vereador Paulo Frange?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Vamos ouvir o Cléber Bartolomeu, do Sindisep.

O SR. CLÉBER BARTOLOMEU – Bom dia. Em nome do Valdemar, que é do funerário, cumprimento todas as pessoas que estão aqui; em nome do Vereador Suplicy, pessoa que honra o Poder Público.

Eu queria falar o seguinte: a primeira coisa, o Prefeito, na eleição, não falou que iria viajar o País. Entendeu? Não estava na proposta da missão. Esse é um ponto. Portanto, São Paulo, de certa forma, está relegada a segundo plano.

A segunda questão está relacionada com o risco. Não sou eu quem fala, mas uma economista americana que diz a respeito do estado empreendedor. As palavras são dela. O que acontece, hoje, na gestão? Socializa os riscos e privatiza os benefícios. Já foi falado que um gestor de OS ganha 100 mil. Aí se percebe, com os números, os dois tratamentos que são dado. Nas exposições, inclusive da mesa, está caracterizado isso. Ele está utilizando o caráter privado no serviço público.

Se ele fosse o estado empreendedor, estaria aplicando procedimentos previstos pela FGV, ou seja, vamos fazer o Estado ser produtivo, como disse, explorar culturalmente, etc.

Não é o caminho que ele optou, portanto, é uma questão de conceito e também uma relação que poderia ser colocada, que é o Acelera. Se você demora para planejar e acelera para agir, é uma coisa; agora se você inverte, acelera para depois ter os percalços do não planejamento, vai ter um custo.

Em terceiro lugar, eu queria colocar a questão dos servidores que, além do que foi citado aqui, estão adoecidos, até da insalubridade que é paga, eles estão expostos à fragilidade emocional e física. Não precisa falar, o médico Paulo Frange pode dizer, questão emocional e física que ele está exposto. Qual é o prêmio que ele vai ganhar? Vou transferir você para o parque.

Quer dizer, há algum tempo foi colocado pelo sindicato um plano de estruturação dos cemitérios, modernização e valorização dos servidores. Eles estão, desde 2013, sem receber aumento. Portanto, para resolver eu privatizo ou faço concessão? Existe muita inconsistência nesse projeto.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Muito obrigado, Cléber.

Vamos ouvir o Sr. Tiago Arezano, bonito nome, da Funerária Panamby.

O SR. TIAGO AREZANO – Bom dia senhores e senhoras. O Doria é um prefeito que se diz empreendedor, se diz gestor e como ele não agarra com suas próprias mãos o Serviço Funerário para lidar com tudo isso. Por quê? Ele quer vender tudo para fora.

Ele vendeu o Anhembi, vendeu o Pacaembu – está vendendo, não sei – e a questão é essa: ele está pouco preocupado com São Paulo e com a Prefeitura. Ele é rico, você entendeu? Servidores públicos aqui, todos - está aqui cerca de 1% - estão preocupados com seus familiares, seus filhos. A questão é essa: ele veio, vai derrubar São Paulo e não vai fazer nada, ele vai vender tudo. Ele foi nos Emirados Árabes para vender, não é uma privatização e

sim uma concessão. Ele foi lá buscar valores, sendo que ele pode agarrar isso com as próprias mãos, com os próprios servidores e fazer isso agir.

Serviço Funerário é uma empresa milionária, com muito dinheiro, muita situação e pode crescer.

Hoje, eu tenho uma funerária fora do Município, eu vivo com 30 serviços. Como que o Serviço Funerário não consegue ter renda com nove mil serviços mensais. (Palmas)

Falta concluir aqui, atualmente qual o custo ou o prejuízo financeiro que a Prefeitura desembolsa anualmente ao Serviço Funerário Municipal?

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Tiago. (Palmas)

Secretário, só uma questão, não sei se você pode... eu vejo aqui a preocupação de vocês todos, é claro, com relação aos seus serviços e como levar o seu pão para dentro de casa. É o que a gente está tratando aqui, correto?

Penso que é fundamental, tendo em vista o grande desemprego, no País, hoje. Na Secretaria ou até mesmo na Desestatização, existe algum plano de realocação para os servidores? Eu coloquei isso no início, mas só para ratificar.

O SR. WILSON POIT - Sim. Eu lembro que comecei hoje aqui abrindo, dizendo dessa maneira, que não haverá desemprego. O Fundo Municipal de Desenvolvimento para onde irão os recursos, não dos cemitérios, não das concessões, como, de novo, foi dito aqui que o Pacaembu está sendo vendido. Não está sendo vendido, é uma concessão. Nós gastamos dinheiro lá que nós vamos utilizar em atividades sociais.

O Plano Municipal de Desestatização vai promover desenvolvimento e uma série de obras na Cidade, relacionadas com educação, habitação, saúde, que vão trazer empregos. O Prefeito João Doria estima a criação de muitos empregos novos.

Nós entendemos o desemprego da Cidade, hoje, o Plano não quer trazer desemprego, muito pelo contrário. É um dinheiro que será carimbado e foi aprovado aqui na Câmara, para investimento, geração de empregos, nas áreas que São Paulo mais precisa.

Quanto ao meu amigo engenheiro, empreendedor, que trabalha nos cemitérios, quero deixar isso muito tranquilo. Eu sou empreendedor, também, venho da área, não trabalhava com política, sou engenheiro, acredito muito mais nas relações da iniciativa privada, no livre mercado, na livre economia, e não no...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Pessoal, deixem o Secretário falar, por favor.

O SR. WILSON POIT - Posso responder? ...e não no serviço engessado, privilegiado, vinculado ao setor público. Eu acredito que todos os concessionários precisarão, muito mais de engenheiros como nós, de fornecedores de serviços e de obras, ninguém entende mais disso do que vocês.

Quem trabalha nos cemitérios há muitas gerações? Quem conhece o negócio deve sair daqui mais tranquilo do que entrou. Vai ter oportunidade para isso. O setor privado oferece oportunidades. Eu acredito no livre mercado, não acredito na obrigação de contratar no baixo salário, na obrigação de fazer coisas ou de pagar pedágios.

Vocês sabem que do jeito que está a situação, não pode continuar.

De novo, gostaria de voltar a dizer, como foi dito aqui pelo amigo Tiago, o Prefeito João Doria não está vendendo os cemitérios e o Pacaembu. Nós temos três casos de privatização: Anhembi, Interlagos e um conjunto de imóveis. Mas nada disso foi feito ainda. Foi dito inclusive que já está vendido aqui.

Outra coisa, o Acelera, também que o nosso amigo Cleber disse aqui, com todo respeito. Gostaria de aproveitar para dizer que se fosse o Acelera nós não estaríamos aqui. Nós estamos no final de agosto, nada foi ao mercado, nada foi licitado. Nós estamos ouvindo vocês, estamos construindo um projeto de lei e estamos dizendo: vamos licitar se tudo der certo, até o final do ano.

Se existe um negócio em que estamos planejando – foi dito aqui que se está

acelerando o planejamento – nós só estamos aqui porque estamos planejando juntos, estamos ouvindo.

Há projetos que vão entrar nesta semana, novamente, já com substitutivos dos Vereadores e aceitando emendas. Vocês estão convidados a falarem, nós ouvimos com todo respeito, mas aproveitem essa oportunidade para fazer sugestões, porque vai haver mudanças, não existe nenhuma dúvida. Vocês sabem. Não está bom para vocês, não está bom para a Cidade do jeito que está. Nós queremos algo equilibrado e melhor. Foi essa a proposta, é esse o compromisso, hoje, do Prefeito João Doria. Nós não estamos aqui brincando, estamos ouvindo os senhores.

Na semana passada estivemos aqui três vezes. Estou aqui hoje de novo, voltarei nesta semana, aproveitem para dar suas sugestões.

—
Acreditem no livre mercado, acreditem que a vida da gente pode melhorar, parando de andar de lado a vida inteira, reclamando sempre das mesmas coisas. Vamos ter muita oportunidade. Nenhum dos concessionários de mercado que venham a ganhar algum lote vai prescindir dos vossos serviços, de quem já têm experiência, de quem já trabalha lá dentro.

Obrigado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado Poit.

Tem a palavra o Sr. Leandro Carnê, da Funerária Anjo Salvador, em seguida o Sr. Cleisson Medeiros, da Cooperaf.

O SR. LEANDRO CARNÊ – Boa tarde. O que pouco se foi falado é do entendimento, não só da questão do cemitério e do serviço funerário.

A Funerária Municipal de São Paulo coordena praticamente o Estado inteiro. Não existe só o corpo que é sepultado em São Paulo, existe o corpo que vai para a Bahia, o que vai para outro país, para outro município.

Fora o Serviço Funerário, não se fala só de 1.200, acredito, 1.500 servidores do

Serviço Funerário, há, ao redor do Município, mais de 100 funerárias que se você considerar, pelo menos, 30 funcionários. São quase mais 30 mil trabalhadores fora do serviço, desempregados, também. Porque a partir do momento que se der a concessão, a liberação para uma empresa, acaba o trabalho para essas 100 outras funerárias, que também dependem deste Município, porque elas pegam corpos daqui, levam para outros municípios, trazem de lá para cá.

O desemprego não se abate só para o jardineiro, para o construtor, mas todos os motoristas, as pessoas que preparam o corpo, as que fazem a ornamentação, as floriculturas que também dependem de tudo isso, porque vai ser passado para só uma pessoa, uma empresa.

Se você falar de desemprego, não será só deles, ao redor dos municípios são mais de 3-4 mil trabalhadores, fora eles.

A minha pergunta é para o Sr. Secretário. Vocês estão falando de deficit. Eu sei que a Funerária Municipal dá lucro e muito, não é pouco. Porque se eu faço 20 funerais e sustento 10 famílias, fazendo 10 mil, por mês, dá para se sustentar e muito.

Os 1.600 funcionários que a Prefeitura têm concursados, hoje, que você está dizendo que serão remanejados, quem vai pagar o salário deles? Hoje é pago pelo Serviço Funerário, a Prefeitura vai arcar com 60 milhões anuais de salário, para 1.600 funcionários que vocês vão tirar de lá e terão que por em outro lugar. A receita que é paga pela Funerária, vai ser paga pela Prefeitura. Ou seja, são 60 milhões anuais, a menos, nos cofres públicos, porque privatizou e se deu a uma empresa.

Esses 1.600 funcionários não vão ser mandados embora, serão remanejados, mas o salário vai ser pago, não pela Funerária, mas pela Prefeitura.

Essa onda, esse papo de que vocês vão ser remanejados é mentira, porque ninguém aqui presta serviço em cemitério particular, porque ele vai lá, paga um peão para sofrer no sol, jardinar, ganhar uma merreca e falar que vocês vão ser contratados? É mentira.

Não vão prestar serviço. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado Lenadro. Depois o Secretário responde.

Tem a palavra o Sr. Cleisson Medeiros, da Cooperaf, em seguida, Euclides Mendes, do Serviço Funerário.

O SR. CLEISSON MEDEIROS – Boa tarde. Deus abençoe a todos os presentes.

Eu queria lei a Lei 10.579/88, que dispõe sobre a implantação de cemitérios verticais e dá outras providências, revogada pela Lei 16.402, de 22 de março de 2016 que, disciplina o parcelamento ou uso e ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei 16.050, de 31 de julho de 2014, o Plano Diretor Estratégico, como ficará a aprovação do projeto de lei, no caso do artigo 5, que diz assim: “É permitida a instalação e operação de edifícios com mais de um pavimento dedicados parcial ou exclusivamente à exumação de cadáveres nos cemitérios, observada a legislação urbanística e ambiental pertinentes.”.

Ocorre o seguinte, o Serviço Funerário tem uma arrecadação bilionária, ou seja, é uma mina de ouro, como estávamos conversando aqui há pouco, ouvindo os senhores. Onde está o dinheiro, onde está o ouro? Para onde foi?

Hoje estão aqui várias pessoas que correm o risco de ficarem fora de suas funções, para as quais deram a vida, amam o que fazem e agora estão correndo o risco de ficar de fora, ou seja, estamos aqui para brigar por isso.

Agora, cabe aos senhores aqui lutar pela gente, porque nós votamos também em vocês. Agora vão vender tudo? Não, não pode, gente.

Conheço o João Doria também. Ele, como representante do *Show Business*, aquele programa. Muitos empresários e empreendedores passaram por ali.

Mas agora fica fácil: “Opa, eu conheço o presidente tal. Você vem que eu vou colocar na sua mão uma coisa. Tudo bem, é uma concessão. Vai ser aberta uma licitação”. Mas é só para quem é grande. Os pequenos vão ficar de fora? Tem que ficar

todo mundo dentro, meu irmão. Nós temos experiência no ramo em que atuamos. Entra um empresário grande que não sabe de nada, não tem conhecimento, você vai jogar coisa na mão dele? Vai dar em nada, pessoal. Só vão querer saber do lucro.

Cadê os trabalhadores? Vão ficar esquecidos? (Palmas)

Que Deus abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado.

Vamos ouvir o Euclides Mendes, do Serviço Funerário; em seguida, o Claudio de Oliveira Santos, também do Serviço Funerário.

O SR. EUCLIDES MENDES – Bom dia a todos. Eu queria saudar a Superintendência do Serviço Funerário, todos os trabalhadores e a Mesa.

Eu fico de cabelo em pé quando começam a falar da livre iniciativa. Quando falam da livre iniciativa é porque não conhecem a necessidade das famílias, que pedem pelo amor de Deus no serviço funerário porque não conseguem mais pagar as altas taxas do cemitério particular e pedem para que concedamos uma caixinha na parede.

Quem fala da livre iniciativa não sabe que custa 30 mil um túmulo nos cemitérios, e, no serviço funerário, chega a quase um terço desse valor.

Então, falar da livre iniciativa é fácil quando não se conhece a realidade na ponta.

O serviço funerário, primeiramente, era comandado pela Santa Casa, depois disso, uma família teve a concessão para começar a administrar e fazer os sepultamentos.

E a Câmara Municipal de São Paulo teve a coragem de cassar essa licença decorrido algum tempo, porque estava dando vários transtornos para os Municípios de São Paulo.

Agora, essa coragem voltou. A Câmara Municipal está deixando de fazer alguma coisa que foi feita há quase 80 anos, que é voltar às concessões. Estou falando isso porque é a história e é pública.

A funerária tem construtores, jardineiros, e, como foi falado, tem o percurso de

locomoção das pessoas. Estamos falando de uma dimensão muito grande, porque a funerária virou uma passagem das pessoas. Ela mexe com todas aquelas famílias – não só as que estão sepultadas, mas as que estão em volta. Não são só famílias, servidores, construtores, jardineiros, funerários, são, também, o entorno, o que não está sendo levado em conta.

Outra pergunta, sobre a qual também fiquei de cabelo em pé, foi citada pelo Secretário, quando ele falou sobre um cadastro das pessoas que têm necessidade. O que é isso? Cadastro de pessoas que têm necessidade?

Nós temos tudo isso informatizado. Isso é CRAIS? O que leva a crer que as pessoas vão ter que ter cadastro para fazer o sepultamento?

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Conclua, por favor.

O SR. EUCLIDES MENDES – Eu queria que você desse um retorno nisso sobre o que seria esse cadastro social. Eu queria entender isso. O que eu estou achando é que a pessoa para fazer um sepultamento gratuito ou subsidiado vai depender de CRAIS, o que piora ainda mais a situação. (Palmas)

O SR. CLAUDIO DE OLIVEIRA – Bom dia, senhores e senhoras.

Eu sou o Cláudio, motorista do serviço funerário.

Eu queria saber se a Mesa sabe a diferença do que seja ser um servidor ativo e ser autarquia.

Nós somos de uma autarquia, se vamos ser realocados para outra Secretaria, de que forma nós vamos?

Dizer para Vereador, também, Dr. Paulo Frange, que estou no serviço público há quatro anos. Semianalfabeto está quase extinto no serviço funerário. Estão todos estudando. Eu serei um advogado daqui a dois anos. O sepultador também vai ser advogado. Para dizer que o serviço funerário vem se qualificando com o pouco recurso que ele tem.

Estou há quatro anos e nunca vi um exame médico periódico ser feito para os funcionários. Estão chamando muito aos poucos, DSS não funciona. Somos 920 funcionários. Perdemos um funcionário trabalhando que foi fazer um sepultamento, foi pegar um corpo de madrugada no Hospital Universitário e passou mal, ficou 30 dias, morreu trabalhando. O Edson, exatamente, um excelente profissional, que quando foi chefe foi maravilhoso.

Eu quero voltar só um minutinho para falar sobre o analfabetismo que foi falado aqui e que eu não concordo.

Cemitério não é administrado por servidor. É cargo em comissão. Eu já peguei administrador que não sabia fazer um pedido de luva, que depende de um servidor para fazer. Eu já vi isso. É absurdo.

Nós, do serviço funerário, fazemos curso, sim. Se alguém aqui faz curso é funcionário serviço funerário. Eu sou um incentivador. Estou lá e incentivo. Sou Presidente da CIPA, e os meus colegas estão indo.

O que tem muito lá é que nós, servidores, não estamos linkados ao SIGPEG (?). Portanto, não se tem a noção de quantos cursos os funcionários fazem, porque é tudo manual.

Vou encerrar agradecendo à FGV, pelo estudo, do qual participei. Ele falou a verdade: não é deficitário. Ele é mal administrado. Ele não é bem gerido. (Palmas)

E, também, dizer, Vereador, que o salário é de 804 reais. Está aqui o meu contracheque.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Diogo da Luz; e, em seguida, Selma Prato.

O SR. DIOGO DA LUZ – Boa tarde a todos os presentes, membros da Mesa, Srs. Secretários, Vereadores, funcionários da Câmara.

Eu falo como Munícipe. Eu não tenho nenhum interesse direto no atual sistema

nem no sistema que está sendo proposto.

Eu quero falar sobre o que acho que é a visão do cidadão, do usuário, por sinal, ouvi falarem muito pouco do cidadão, do paulistano.

Acho que seria bom lembrar um pouco da história. Em 1860, todos os sepultamentos da Cidade eram feitos na Santa Casa e eram gratuitos. Era assim: quem desse uma contribuição, seria enterrado um pouco mais próximo da Capela, se fosse maior, dentro da Capela. Aí veio a inauguração do primeiro cemitério da Cidade, o Cemitério de Santo Amaro. E nessa época o Imperador determinou que ficassem proibidos os enterros nas igrejas. Com isso ele criou o mercado de cemitérios. O Imperador fez isso.

Aconteceu que a Santa Casa de São Paulo perdeu uma grande parte da sua verba. Ao perder a verba, o Imperador emendou dizendo que o serviço funerário público de transporte passava a ser da Santa Casa. Ao fazer isso gerou mais receita para a Santa Casa de novo. Mas a Santa Casa não tinha expertise suficiente para fazer esse serviço e concessionou o serviço ao Coronel Rodovalho, que fundou a Casa Rodovalho. O Coronel Rodovalho foi avô do meu avô. Era também Presidente desta Casa, um dos primeiros. E era também provedor da Santa Casa.

Por volta de 1820, o serviço deixou de ser interessante e em seguida a Prefeitura estatizou o serviço pagando por isso. Nesse período todo vemos uma sequência de privilégios. E o que mais vi foi falarem em privilégios. Pela primeira vez, estou vendo o Poder Público tentando resolver de fato aquilo que é interesse da população, um serviço barato e eficiente.

Outra coisa, o Secretário apontou que 55 mil sepultamentos são feitos por ano na Cidade e morrem mais de 80, quase 90 mil pessoas por ano. Onde estão esses outros, quase 40% de falecidos? Eles vão para as cidades vizinhas, porque o serviço aqui é ruim, não satisfaz. Os últimos três sepultamentos que assisti foram fora de São Paulo. Sepultamentos de paulistanos.

Portanto, está de parabéns o Secretário. Realmente é preciso pensar em melhorar o serviço, assim a população não está satisfeita.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado. Tem a palavra a Sra. Selma Prado, do Gabinete da Assistência Parlamentar.

A SRA. SELMA PRADO – Boa tarde. Estou ouvindo o tempo todo - estou estudando o Serviço Funerário há muito tempo – falar com muito amor desse serviço público. E justamente por estar estudando estou aqui, inclusive, com a tabela de preços. O sepultamento público mais barato fornecido pelo Serviço Funerário começa em oitocentos e sessenta e sete reais, e o mais caro vinte e um mil, cento e setenta e cinco e dezenove. Mas o mais interessante disso é que é pago em três vezes. Ou paga-se em dinheiro ou três vezes no cartão de crédito ou em cartão de débito. Então para um serviço público esses preços estão me parecendo um pouco altos.

Outra coisa que é muito interessante. Tive essa infelicidade na minha família. Estava terminando de pagar um sepultamento e veio outro. Às vezes você tem de sepultar duas pessoas da mesma família com esse custo aqui. Sei que vocês estão defendendo o trabalho de vocês, mas estou falando como munícipe e como alguém que teve de passar por uma situação dessas.

Então vou ser muito sincera, tem de haver alternativa até em termos de flexibilização desses pagamentos porque, por exemplo, se morre alguém da minha família vou buscar três mil reais onde?

Por exemplo, de noite tenho de ir ao Serviço Funerário com essa quantia em dinheiro para pagar. Se o cartão de crédito não passa eu tenho de arrumar. No caso do serviço gratuito a situação é pior ainda, porque por lei essa família teria duas horas de velório. Os velórios não chegam sequer a 15 minutos e o caixão social chega quase a desfazer com o corpo da pessoa.

Essa é outra coisa, a pessoa que morre precisa de um pouco de respeito. Há inúmeros casos de famílias que passaram por constrangimentos. O defunto não chega. Tem de fazer o velório. Vai lá para o João Bosco, em Perus, onde estão sendo sepultados os corpos, principalmente de pessoas não identificadas e às vezes não é que você queira dar esse tipo de sepultamento para a sua família. Você quer uma coisa melhor, mas falta o dinheiro e isso precisa ser verificado. Não só o sistema, mas a forma de pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Por último, a Sra. Vera Lúcia Castrichini, do Serviço Funerário.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – As inscrições já encerraram, mas vou dar a palavra para que a senhora possa mostrar sua indignação.

Por favor, Dona Vera.

A SRA. VERA LÚCIA CASTRICHINI – Bom dia a todos os presentes. Meu nome é Vera, sou funcionário do Serviço Funerário há 20 anos. Gostaria de esclarecer só um detalhe, o Serviço Funerário não é subsidiado pela Prefeitura. Fala-se de serviço público, serviço público, serviço público. O Serviço Funerário sobrevive da própria receita, porém gerida e administrada pelos órgãos públicos. Então nem tudo o que o Serviço Funerário quer ele consegue fazer, porque tem de respeitar leis e são burocracias imensas.

Outra coisa, a Prefeitura ajudaria muito se repassasse o que nos cabe, que é a lei de doação de órgãos. O Serviço Funerário absorve esse serviço e a Prefeitura demora anos para repassar esses valores.

- Manifestação na plateia.

A SRA. VERA LÚCIA CASTRICHINI – Exatamente, 18 milhões. Com esses 18 milhões compraríamos mobiliário, faríamos as reformas necessárias, entre outras coisas.

Gostaria de responder a fala do digníssimo Paulo Frange, sobre a “analfabetização”. Há sim muitos analfabetos, frutos de indicação política, compromissos

políticos e isso dificulta muito. Temos sim funcionários alfabetizados, com condições de administrar muito bem o Serviço Funerário, sem indicações políticas.

Outra coisa, obras de arte. Temos sim muitas catalogadas. Temos uma pessoa que chamamos de Popó, o nome não é esse, mas o nome popular é, o Francivaldo, no Cemitério da Consolação, onde promovemos visita monitorada para qualquer munícipe de São Paulo. Escolas que queiram conhecer a história do Serviço Funerário, as obras de arte, estão lá à disposição da população.

Somos favoráveis à reforma sim. Precisamos do nosso dinheiro em primeiro lugar. Temos feito reuniões, inclusive, e a Márcia vem pedindo: vamos levantar a receita. Vamos. Só que a Prefeitura tem de fazer a parte que lhe cabe também, que é repassar a nossa verba.

Sobre os concursados. Temos um concurso em aberto, 200 aprovados. A demanda de aposentadoria é grande, então precisamos chamar esse pessoal para repor o quadro de funcionários.

Era isso que queria falar. Muito obrigada.

O SR. PAULO FRANGE – É exatamente isso que a senhora disse, 70% do Serviço Funerário não tem o ensino médio completo. Só 3% tem ensino superior. Portanto, precisaríamos ter tratado isso muito bem.

Foi esta Casa que aprovou em 2002, a obrigação de Diretor de Parque ter curso superior. Foi uma briga enorme nossa. Acho que todo Diretor de Cemitério tinha de ter, no mínimo, a formação em administração.

Beatriz, vou passar para você, para que possamos numa próxima audiência pública tratar de três assuntos muito importantes, primeiro, regras claras sobre tanatopraxia. Já trabalhamos muito com isso tanto na França, quanto na Argentina. Fui aos eventos em 98, 2004 e, infelizmente não vimos acontecer aqui.

Outra situação, o pessoal do Serviço Funerário deve sentir, são os tais seguros funerários que existem. Todas as empresas que tem serviço funerário tem um terceirizado fora

de São Paulo, fazem o que querem com os nossos servidores, tratam do jeito que querem, ficam com o cartão de crédito na mão como se mandassem no serviço, em São Paulo. Tem de haver uma regra clara para tratar desse assunto.

E por fim, a discussão das agências de serviços funerários. Como ficam na concessão as agências que temos hoje, estão nos cemitérios e são muito importantes para a população que mora distante do Centro e muitas vezes têm de vir até aqui. Como vamos distribuir isso dentro do processo de concessão.

E a tanatopraxia é um assunto que precisamos regular, no Município de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Sra. Laudiceia, vou conceder a palavra por um minuto.

A SRA. LAUDICEIA – O Serviço Funerário tem know how para isso. Lidar com o corpo humano que falece não é brincadeira, haja vista a fala do Paulo Frange, não existe estatística, não existe controle e isso é um crime.

Agora, porque empresas em potencial tem de ser extintas. Por que nós brasileiros, parece que somos expertises nisso. Matam-se crianças, jovens. É muita violência.

Fala-se em gerar emprego, por que não gera agora? Cadê a fiscalização do Serviço Funerário? Cadê a informatização do Serviço Funerário? Quer gerar empregos? Gere agora, estamos diante de uma autarquia, uma empresa em potencial riquíssima. Nós somos grandes. Nós não somos pequenos. Não acreditem nisso em momento algum.

E se alguém vir concessionar, que faça à altura e com regras claras, para que a população saiba, a cada ano, o que tem de ser feito de fato, não de qualquer forma, não só visando lucro.

Somos pequenos e porque temos de matar uma empresa grande? Por que somos grandes em potencial.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Tem a palavra a Vereadora Janaína Lima.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Boa tarde, senhoras e senhores, gostaria de

cumprimentar essa Mesa na pessoa do Vereador mais elegante desta Casa, Vereador Souza Santos; meu colega e Secretário de partido, Wilson Poit; funcionários do Serviço Funerário; você cidadão que nos acompanha, bem como os munícipes que vieram aqui dar sua contribuição ao projeto.

Hoje, estamos aqui mais uma vez para falarmos sobre as concessões. É uma oportunidade para desvendarmos todos os mitos e inverdades que muitas vezes assombram a população.

Então assim, primeiro, com muito respeito a todos os funcionários, gostaria de me colocar à disposição para que possamos construir um diálogo. É somente com o diálogo que podemos criar conexões para que a Cidade possa avançar.

Gostaria de trazer uma reflexão para todos, independente se são funcionários, se estamos aqui num papel institucional, mas como cidadãos. Antes de mais nada, todos nós somos cidadãos. Então como de fato podemos preservar os interesses da Cidade e como podemos avançar com esse projeto sem prejudicar ninguém.

Acho que o nosso objetivo maior é contribuir com a Cidade. Concessão não é venda. Concessão não é privatização. Ouvi muitas falar e não é. Inclusive, muitos trouxeram alguns pontos...

- manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – A Vereadora está falando. Por favor, Vereadora, está garantida sua palavra.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Muito obrigada, Presidente. E coloco meu gabinete à disposição de todos para que possamos dialogar e chegar num ponto comum. O que não podemos é assistir os cemitérios e crematórios do jeito que estão.

E não é por culpa dos funcionários. Não é por culpa de nenhum de vocês. Simplesmente está faltando controle, gestão. E como podemos criar instrumentos. Acho que o Vereador Paulo Frange trouxe contribuições grandíssimas apontando várias formas em que

esse serviço pode avançar.

Outro mito e inverdade que dizem é que esse serviço vai deixar de ser gratuito. O nosso querido Secretário Wilson Poit veio aqui mais uma vez e assegurou que isso não irá acontecer. Todas as pessoas que realmente não têm condições de pagar não vão pagar nada.

E esta gestão não é a gestão do desemprego. É a gestão do desenvolvimento. Então o Prefeito João Doria jamais emplacaria um projeto nesta Casa que fosse gerar desemprego e ameaçar o trabalho de vocês.

Mais uma vez, vim a esta tribuna com o objetivo de trazer o diálogo. Não estou aqui para dizer qual é a verdade. Estou aqui para colocar um ponto de vista e para que possamos construir um caminho para a Cidade.

Nem vocês, nem a Cidade e nem a gestão pública estão felizes com o trabalho que está sendo executado hoje. Agora mesmo, acabou de vir uma funcionária de 20 anos que falou claramente que a indicação política muitas vezes prejudica o bom andamento. Isso também não é uma regra. Há exceções. Precisamos criar uma forma de melhorar tudo isso.

Precisamos de fato fazer com que esse trabalho avance. O modelo atual não é sustentável. Imaginar que uma pessoa carente tem de pagar por uma urna, por um caixão, quase novecentos reais. Muitas vezes esse caixão é comprado a duzentos reais, cem reais, cento e cinquenta reais, aquele caixão de papelão, é subumano aquilo! E como é feito o sepultamento dessas pessoas? Sem proteção do lençol freático, todas as nascentes estão infiltradas, e todo mundo sabe da crise hídrica que o mundo vive. Nós precisamos modernizar tudo isso, precisamos construir uma nova forma de gestão que viabilize para todos vocês.

- Manifestação dos presentes.

A SRA. JANAÍNA LIMA - Não vim aqui buscar aplauso, vim aqui estabelecer um diálogo com vocês! Vim aqui defender os interesses da Cidade, vim trazer uma fonte de informações pra vocês, pra vocês refletirem como cidadãos.

- Manifestação dos presentes.

A SRA. JANAÍNA LIMA - Nós não podemos ficar com a insegurança que há no Serviço Funerário da cidade de São Paulo, nós precisamos avançar. Apesar da dedicação de mais de 1.200 trabalhadores, muitos deles estão hoje na plateia, muitos se dedicam dia após dia para dar o seu melhor, e num momento tão difícil da população, não tem apoio para executar serviços de excelência embora tenham capacidade. Essas pessoas precisam ser capacitadas, empoderadas pela gestão pública. E pra que a gente possa construir um modelo, um modelo sustentável, um modelo que a cidade avance, um modelo em que o munícipe seja o foco, a gente precisa estabelecer o diálogo colocando como foco o cidadão paulistano.

- Manifestação dos presentes.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Eu não sou coxinha, não. Nasci no Capão Redondo e já sofri tendo que pagar pra não ver meus familiares sendo sepultados em cova rasa, meus familiares sendo enterrados em caixão de papelão!

- Manifestação dos presentes.

A SRA. JANAÍNA LIMA - Aqui quem está falando é quem sentiu na pele. Isso não me intimida!

- Manifestação dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Não vou permitir. Espere aí! Não, não... Não tem permissão, por favor. Eu preciso encerrar! Por favor, por favor, muito obrigado.

- Manifestação dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Pessoal, o senhor sente, por favor, por favor! Sente pra eu falar!

Pessoal, vou repetir o que disse no início da audiência pública: nós fizemos sob a batuta Comissão de Política Urbana, presidida pelo Vereador Gilson Barreto - com a relatoria do Vereador Paulo Frange, nosso mestre - 48 audiências públicas, ano passado, nesta Cidade referente à Lei de Zoneamento.

Esta é uma primeira audiência pública, e se for preciso faremos outras e nós

faremos, faremos! Vamos entregar a vocês uma questão muito tranquila, fiquem tranquilos. Nós não estamos fazendo audiência pública pra enganar, pra desfraldar ninguém. Vamos fazer de forma bem transparente. Por isso nós trouxemos vocês aqui, foi para ouvi-los, para saber como é que encaminharemos essa questão. Não será de qualquer forma, de qualquer jeito. Esta aqui não é uma Casa de bagunça, de baderna, não!

- Manifestação dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Calma, senhora. Por isso ouvi à senhora, nós ouvimos atentamente à senhora e ouviremos todos vocês, e vamos continuar. O Secretário Penido...

- Manifestação dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Você que sabe, meu querido! Dá próxima vez se candidate e venha se eleger pra poder... porque aqui têm representantes do povo. Da próxima vez você se candidata e vem ser Vereador!

- Manifestação dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Não é isso? Por favor, Penido. (Palmas) Rapaz, se candidate, vem se eleger. Rapaz, eu tenho responsabilidade com a minha cidade! Rapaz, eu tive quase 60 mil votos, não foi brincadeira não. Eu não brinco não! Nós não brincamos, rapaz, a gente não está de brincadeira! (Pausa) Eu deixei você falar! (Pausa) Isso é pra você ver a nossa responsabilidade. Então, não estamos brincando, ninguém está brincando com vocês, ora bolas!

Penido, por favor!

O SR. MARCOS PENIDO – Bom, primeiro queria agradecer...

- Manifestação dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Ponha o teu Vereador pra votar o plebiscito então! Ninguém tem medo. Coloque o seu Vereador, a sua Vereadora que protocolizou, quer fazer plebiscito, põe pra votar no Plenário! E não é vir aqui na Comissão, gritar, não! Põe no

Plenário para os Vereadores votarem, põe força no Plenário. É fácil vir aqui gritar: plebiscito, plebiscito. Põe no Plenário pra votar, rapaz!

Penido, por favor.

O SR. MARCOS PENIDO – Primeiro queria agradecer ao Vereador Souza Santos, agradecer a todos os presentes, dizer da importância desta audiência, um momento em que pudemos ouvir os Vereadores, o poder público, ouvir os sindicatos, os concessionários, os funcionários e também ouvir a população.

É um momento muito importante, é assim que se constrói a democracia, ouvindo as opiniões e construindo um projeto que vem com o arcabouço do poder público. É melhorado, é aperfeiçoado com a ajuda, com a colaboração da população. Ao final passa pela sanção, pelo escrutínio da Câmara dos Vereadores, que são os reais representantes da população, e que foram eleitos através do voto.

É importante citar que vivemos numa democracia, nessa democracia se estabelece que o poder foi eleito pelo povo, e é o que foi feito o ano passado. Ano passado a população de São Paulo elegeu o Prefeito João Doria com suas propostas abertas, com as suas propostas colocadas a todos, propostas que foram vencedoras, propostas que representam a vontade maior do povo de São Paulo. Quem quiser, daqui três anos terá nova eleição que será aberta, que apresente as suas propostas. Hoje nós representamos o Prefeito João Doria, representamos a proposta de desenvolvimento para São Paulo, mas sempre com democracia, sempre ouvindo. É isso que estamos fazendo: ouvindo a população, ouvindo a comunidade pra que possamos chegar num projeto melhor.

Muito obrigado a todos e um bom dia!

- Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Pessoal, desculpe a nossa exaltação é que, às vezes, há umas questões que não dá pra engolir. Se há um alguém que trabalhe, que está defendendo a questão de vocês, sou eu! Nós defendemos – eu, Paulo Frange... É

verdade, podem acreditar.

- Manifestação dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Fale com o seu Vereador pra colocar o plebiscito, fale com o seu Vereador, eu não sei quem é, coloque pra vir aqui, pra votar o seu projeto de plebiscito, vamos ver se passa no Plenário! Lá é o foro pra isso. Vai lá!

Sr. Wilson Poit, por favor.

O SR. WILSON POIT – Queria agradecer muito, mais uma audiência pública na Câmara de Vereadores, dizer que estamos à disposição. Voltaremos quantas vezes formos convocados.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Obrigado, Poit.

O SR. WILSON POIT – Lembrar também que a audiência de hoje, como fiz menção logo na apresentação, foi sobre os cemitérios. Teremos outra oportunidade pra falar do Serviço Funerário. Hoje a audiência citada, mostrada nos *slides*, foi exclusivamente sobre os serviços dos cemitérios.

Estamos à disposição, independentemente da exaltação em certos momentos, que sempre enriquece. Ouvimos muito, anotamos tudo. Agora, sugiro que nas próximas audiências, que os senhores se inscrevam. A hora em que os senhores falam, a gente não interrompe. Vou estar novamente, e quantas vezes forem necessárias.

Do que nós temos certeza, e a população de São Paulo que elegeu o Prefeito João Doria sabe, é que do jeito que está o Serviço Funerário, e vocês mesmos disseram, com todo valor que muitos funcionários têm, vocês sabem que do jeito que está não pode continuar. Há um projeto de concessão, por tempo determinado, respeitando as leis vigentes, que precisa ser aprovado nesta Casa. Quanto ao plebiscito, também não sou eu quem decide, é a Casa. Se a Câmara de Vereadores, como disse o Vereador Souza Santos, decidir que tem de haver plebiscito e votar, vamos estar à disposição.

O que quero lembrar é que tivemos eleição recentemente e quem tiver outros tipos

de ideia, haverá eleição de novo daqui três anos e meio, voltem com outras propostas. Neste momento, fomos convidados pelo Prefeito João Doria para implantar os compromissos de campanha. Um desses compromissos é melhorar, principalmente para a população mais humilde desta Cidade, como ela é atendida em sua hora mais difícil. Quem já passou por isso, como vocês, como eu com a minha família, sabe a via sacra, as coisas que acontecem nesse momento.

Agradeço a colaboração de todos, convido a comparecerem nas próximas audiências, inclusive na que houver referente ao Serviço Funerário.

Peço licença ao Presidente, tinha de ter saído há uma hora, mas agradeço muito!

Tudo foi anotado, filmado, e isso só enriquece o nosso projeto. Nada foi feito de maneira acelerada. Estamos em audiências, às licitações nós teremos mais ao final do ano.

- Pedido da palavra “pela ordem”.

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Antes de saírem, deixe-me conceder a palavra por um minuto, um minuto mesmo para o Vereador Suplicy, e encerramos.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Caro Presidente Souza Santos, prezados secretários. Há uma forma de encaminhar, de pacificar a todos nós.

Há duas semanas, conversei com o Prefeito João Doria, pedi a ele que pudesse considerar a recomendação ao Colégio de Líderes para que possa ser colocado em pauta, conforme o Presidente Souza Santos falou, o projeto do plebiscito. Na verdade, são três. Acabo de falar com uma das autoras, a Vereadora Patrícia Bezerra, que me disse já passou na Comissão de Justiça. Se o Colégio de Líderes que se reúne amanhã, terça-feira, decidir incluir na pauta, assim será feito.

O próprio Prefeito João Doria, ao final daquele diálogo, olho no olho, pediu se eu poderia cantar uma canção. Falei da *Blowin' In The Wind*, que é uma canção pela paz. Daí fiz um apelo: eu aqui canto, mas gostaria que você considerasse o apelo ao Colégio de Líderes. E ele falou: se você cantar, eu vou considerar. Vamos ver se a palavra dele vale, pra valer.

Lembre-se de uma coisa, prezado Secretário Poit, o plebiscito é previsto na Constituição e é uma das formas de aperfeiçoar a democracia brasileira.

Obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Muito bem, nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada a audiência pública da Comissão de Política Urbana.

Tenham todos uma boa tarde!
